

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

ANGELA KIM ARAHATA

**A PERSUASÃO IMPLÍCITA E A ARGUMENTAÇÃO
ATRAVÉS DOS MODOS NARRATIVO E DESCRITIVO:
UM ENFOQUE SISTÊMICO-FUNCIONAL**

**MESTRADO EM
LINGUÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**SÃO PAULO
2011**

ANGELA KIM ARAHATA

**A PERSUASÃO IMPLÍCITA E A ARGUMENTAÇÃO ATRAVÉS DOS MODOS
NARRATIVO E DESCRITIVO: UM ENFOQUE SISTÊMICO-FUNCIONAL**

Dissertação apresentada em atendimento à exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem à Banca Julgadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Orientadora: Prof^a. Dra. Sumiko Nishitani Ikeda

**PUC-SP
2011**

BANCA EXAMINADORA

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos fotocopiadores ou eletrônicos.

Assinatura _____

Local e data _____

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Sumiko Nishitani Ikeda, pelo incentivo, paciência e generosidade.

Ao meu marido Eduardo, pela compreensão e presença amorosa.

Aos meus pais, Young e Jung, pela constante e firme valorização da educação.

A Deus.

ANGELA KIM ARAHATA

A PERSUASÃO IMPLÍCITA E A ARGUMENTAÇÃO ATRAVÉS DOS MODOS NARRATIVO E DESCRITIVO: UM ENFOQUE SISTÊMICO-FUNCIONAL

RESUMO

O objetivo do presente estudo é examinar de que forma se dá a persuasão implícita e a argumentação em editoriais publicados no jornal Folha de S. Paulo no que diz respeito à textura: sua constituição através dos modos textuais, verificação de como é feita a avaliação, análise de recursos retóricos utilizados com vistas à persuasão e aplicação da Teoria de Toulmin à garantia oferecida aos argumentos. Análise três editoriais publicados entre agosto e setembro de 2010, nos meses que antecederam as eleições presidenciais. Por sua relevância social, foram escolhidos textos que tratassem da candidatura de Dilma Rousseff. A análise dos editoriais está organizada em quatro partes. Em primeiro lugar, trato da estrutura textual utilizando os modos representacionais propostos por Reynolds (2000). Em segundo lugar, analiso as funções pessoal (Avaliatividade) e interacional (papéis e modalidade), conforme proposto por Halliday (1994), Martin (2000) e Thompson e Thetela (1995). Em terceiro lugar, analiso a utilização de recursos retóricos como vozes (WAUGH, 1995), intersubjetividade (KÄRKKÄINEN, 2006), política do 'apito do cão' (COFFIN; O'HALLORAN, 2006) e 'contrabando' de informação (LUCHJENBROERS; ALDRIDGE, 2007). E, por último, analiso as subfunções do argumento (VESTERGAARD, 2000) e a validação dos argumentos (TOULMIN, 1958). Além destes autores, diretamente ligados à metodologia adotada, adoto como referência Kitis e Milapides (1997), sobre crypto-argumentação; Fowler (1987), sobre linguística crítica, entre outros. A análise dos editoriais mostrou que o argumento incisivo (DECLARAÇÃO) não surge no início do texto. Em geral, os primeiros parágrafos apresentam HIPÓTESE e PREVISÃO. Os argumentos, além disso, apoiam-se nas descrições e narrações e em vozes. As avaliações modalizadas e implícitas são bastante frequentes, assumindo muitas vezes a forma de 'contrabando' de informação e 'apito do cão' e associados ao fenômeno da logogênese para construir Apreciações ou Julgamentos negativos.

Palavras-chave – modos textuais; editorial; linguística crítica; Linguística Sistêmico-Funcional; teoria da argumentação.

ANGELA KIM ARAHATA

ARGUMENTATION AND IMPLICIT PERSUASION THROUGH NARRATIVE AND DESCRIPTION: A SYSTEMIC-FUNCTIONAL APPROACH

ABSTRACT

The aim of this study is to examine how implicit persuasion and argumentation occur in editorials published in the newspaper *Folha de S. Paulo* regarding texture: its formation through the textual modes, verification of how assessment is built, analysis of rhetorical devices and application of Toulmin's rhetorical model of argumentation. I analyze three editorials published between August and September 2010, during the months that preceded the presidential election. Because of their social relevance, texts that addressed the candidacy of Rousseff were chosen. The analysis of the editorial is organized into four parts. First text structure is classified using representational modes proposed by Reynolds (2000). Secondly, I analyze personnel (evaluative) and interactional function (roles and mode), as proposed by Halliday (1994), Martin (2000) and Thompson and Thetela (1995). Thirdly, I analyze the use of rhetorical devices like voices (WAUGH, 1995), intersubjectivity (KÄRKKÄINEN, 2006), dog whistle politics (COFFIN; O'HALLORAN, 2006) and smuggling of information (LUCHJENBROERS; ALDRIDGE, 2007). Lastly, I analyze the sub-functions of argument (REYNOLDS, 2000) and validation of the arguments (TOULMIN, 1958). Besides these authors, directly related to methodology, I use as reference Kitis and Milapides (1997), about crypto-argumentation, Fowler (1987) on critical linguistics, among others. The editorial analysis showed that ASSERTIONS do not arise at the beginning of the text. In general, the first few paragraphs have PREDICTION and HYPOTHESISING. Also, the arguments rely on the descriptions and narratives and voices. Modalized and implicit evaluations are quite frequent, often under the form of smuggling of information and dog whistle and associated with the phenomenon of logogenesis to build negative Appreciations or Judgements.

Keywords - textual modes; editorial, critical linguistic, Systemic Functional Linguistics; theory of argumentation.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Os quatro gêneros
- Quadro 2 - Tipos de macro texto
- Quadro 3 – Os modos textuais
- Quadro 4 - As funções do modo argumentativo
- Quadro 5 – As três metafunções
- Quadro 6 – Exemplos de Avaliatividade
- Quadro 7 - Recursos de Avaliatividade
- Quadro 8 - Afeto irreal
- Quadro 9 - Afeto real
- Quadro 10 – Redundância
- Quadro 11 – Tipos de Avaliatividade
- Quadro 12 – Resumo das categorias de análise

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de argumento de Toulmin (1958)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1. Gêneros e Tipos de Texto	16
2.2. O Editorial de Jornal como um Gênero	19
2.3. Distinção entre Argumentação, Narrativa e Descrição	21
2.3.1. <i>A Crypto-Argumentação</i>	22
2.3.2. <i>As Funções da Argumentação</i>	23
2.4. A Linguística Crítica	25
2.5. A Linguística Sistêmico-Funcional	26
2.5.1. <i>Língua e Contexto</i>	28
2.5.1.1. Registro	28
2.5.1.2. O Gênero	29
2.5.1.3. A Ideologia	29
2.5.2. <i>A função pessoal: Avaliatividade (Appraisal)</i>	30
2.5.2.1. Afeto	33
2.5.2.2. Julgamento	35
2.5.2.3. Apreciação	36
2.5.3. <i>A função interacional</i>	37
2.6. Recursos retóricos	38
2.6.1. <i>O Intersubjetivismo</i>	39
2.6.2. <i>Vozes do Discurso</i>	41
2.6.3. <i>A Política do 'Apito do Cão'</i>	44
2.6.4. <i>O 'Contrabando' de Informação</i>	45
2.7. O Modelo de Toulmin	46
3. METODOLOGIA	49
3.1. Dados	49
3.2. Procedimentos de análise	49
4. ANÁLISE DOS DADOS	51
4.1. Análise do editorial "Dilma avança"	51
4.1.1. <i>Discussão dos resultados de "Dilma Avança"</i>	60
4.2. Análise do editorial "Pai e mãe"	62
4.2.1. <i>Discussão dos resultados de "Pai e mãe"</i>	72
4.3. Análise do editorial "Arrogância de sempre"	74
4.3.1. <i>Discussão dos resultados de "Arrogância de sempre"</i>	86
5. DISCUSSÃO GERAL DOS RESULTADOS	88
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

A PERSUASÃO IMPLÍCITA E A ARGUMENTAÇÃO ATRAVÉS DOS MODOS NARRATIVO E DESCRITIVO: UM ENFOQUE SISTÊMICO-FUNCIONAL

1. INTRODUÇÃO

Halliday e Hasan (1989) definem texto como sendo “a linguagem que é funcional, ou seja, a linguagem que está fazendo algo em algum contexto” (HALLIDAY; HASAN, 1989, p. 52). Essa caracterização de texto não difere da definição de gêneros do discurso, de Bakhtin (1997, p. 289) [1952-1953]: "Gêneros do discurso são tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados por cada esfera de utilização da língua, que incluem desde o diálogo cotidiano até a exposição científica". Poder-se-ia concluir, então, que todo texto estaria necessariamente incluído em algum tipo de gênero.

Por outro lado, sabe-se que o que distingue um texto de um não-texto é a textura, entendida como um fenômeno semântico (HALLIDAY; HASAN, 1976). A textura é um conceito funcional que inclui a coesão descrita pelos linguistas sistêmico-funcionais, tais como Halliday e Hasan (1976, 1989) e Martin (1992), mas também, e mais importante, a coerência, que eles tentam explicar. Porém, para incluir a coesão e coerência na noção de textura, a literatura, hoje, recorre a fatores pragmáticos (CORNISH, 2003) ou cognitivistas, com a inclusão de *frames* - estruturas mentais de conhecimento ou conhecimento de mundo (BEDNAREK, 2005) -, que permitiriam ao receptor atribuir coerência e, subsequentemente, a coerência ao texto. Esse fato explicaria a razão de um mesmo texto ser coerente para uns e não para outros, além de explicar o fato de, mesmo em textos sem marcas coesivas (anáfora, por exemplo, em poesias), estas poderem ser atribuídas pelo leitor.

Esse modo de entender texto e textura é importante para a nossa pesquisa, já que relaciona a exposição frequente do público leitor a certo modo de ver a realidade, que constitui o seu *frame*, com a tendência a ver coerência em textos persuasivos como os editoriais. A força do *frame*, que inclui a noção de gênero, é ressaltada por Vigner (1988), para quem o reconhecimento de gênero permite regular a leitura sobre um sistema de expectativa, inscrevendo-a numa trajetória previsível.

Tendo em vista que trabalharemos com o editorial de jornal, buscamos em Reynolds (2000), que também trata desse gênero, uma outra faceta do conceito de textura, que a nosso ver contribui mais ainda para entender a questão da coerência do discurso. Para ele, a textura do discurso é criada por meio da mistura de modos textuais - descrição, narração e argumentação -, no contexto de um gênero específico – o editorial de jornal. Em termos do modo textual, o editorial é, predominantemente, um modo argumentativo com suas funções persuasivas, fundido com a narrativa e a descrição. A razão para tal fusão, diz ele, deriva da necessidade de apoiar o argumento com evidências, já que este se refere a fatos não-verificáveis, em que se misturam opinião, asseveração e suposição. Assim, o argumento vale-se da narrativa e da descrição, que tratam de afirmações verificáveis, para tentar garantir a veracidade das declarações de que lança mão. Na realidade, continua o autor, mesmo na narrativa, há um narrador e sua interpretação dos fatos, e, assim sendo, o ponto de vista pode ser considerado um misto entre narrativa e argumento. Para usar uma metáfora, diz Reynolds, tecemos fato e opinião juntos no discurso: daí, a 'textura'.

Reynolds usa o termo gênero no sentido bakhtiniano, um conceito que se aplica a todo discurso como seu princípio, como uma forma de ação social, ou melhor, como ação sócio-retórica. Segundo Reynolds, o gênero motiva e formata socialmente o discurso e a participação discursiva de fora, enquanto a língua, na qual um discurso ocorre, restringe e capacita a expressão a partir de dentro. Portanto, textura seria a instanciação no discurso de duas ordens virtuais de estrutura: a estrutura linguística e a estrutura genérica (REYNOLDS, 1997 *apud* REYNOLDS, 2000).

Ele diz que os termos 'narrativo', 'descritivo' e 'argumentativo' não são 'gêneros' por si, mas descritores dos modos que se combinam para formar gêneros. A combinação de modos textuais não é, contudo, um assunto aleatório. Em gêneros específicos, devido ao motivo social (MILLER 1984, *apud* REYNOLDS, 2000) da ação retórica que está sendo praticada, um ou outro modo será predominante.

O editorial tem por meta afirmar a visão do jornal a respeito de algum assunto ou notícia, e assim parece ser o caso, porque o editorial não é assinado. Mas, segundo Reynolds, essa noção pode ser demasiado idealística num mundo comercialmente competitivo de guerras de corte de preços, etc. O editorial pode munir seus leitores (os consumidores) de preconceitos, e assim contribuir para

manter o hábito no leitor. É nesse ponto, diz o autor, que a ideologia entra no editorial, na medida em que, como parte de suas funções, está atingindo e confirmando os interesses dos leitores, suas preocupações e pontos de vista. Diz o autor que a argumentação exerce papel fundamental no editorial, por meio de *funções* (hipóteses, previsões e declarações). A análise dos editoriais sugere-nos que essas funções se realizam com apoio em recursos retóricos, dentre os quais selecionamos: a intersubjetividade, as vozes do discurso, a política do 'apito do cão' e o 'contrabando' de informação, entre outros.

Dito isso, temos pela frente a tarefa de analisar editoriais, criados pela mistura de três modos textuais, com o propósito de persuadir o leitor a respeito de ideias que o jornal procura difundir e que será feito por meio da língua. Nesse particular, diz Fowler (1987, p. 67), de sua posição de linguista crítico, "embora não exista representação neutra da realidade, não temos como compreender a realidade ou o mundo, se não for através da língua, a qual estrutura e reconstrói a realidade". A linguística crítica fez-nos entender que a realidade não é construída apenas em termos do léxico usado (FOWLER, 1987), mas que, concomitantemente, a nossa escolha das estruturas linguísticas, para representar eventos, processos ou estados, é significativa do ponto de vista da ideologia que elas refletem e assim a constituem.

Por outro lado, de acordo com a Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994), a língua está estruturada para construir três significados simultâneos, ou metafunções: ideacional (apresentação da informação), interpessoal (expressão das interações) e textual (organização do conteúdo ideacional e interpessoal no texto). Para manipular três tipos de significados simultaneamente, a língua possui um nível intermediário de codificação: a léxico-gramática. É este nível que possibilita à língua construir três significados concomitantes, e eles entram no texto através das orações.

Apresenta interesse especial para a presente pesquisa, a metafunção (significado) interpessoal, que, entre as ampliações que de que foi alvo, inclui a noção de Avaliatividade - posicionamento avaliativo do escritor frente ao conteúdo da mensagem, bem como ao interlocutor (Martin, 2000), que transmite apreciação de fatos e julgamento de pessoas de modo explícito ou implícito (este, via *tokens* de Atitude). Incluímos aqui, também, os papéis interacionais (THOMPSON; THETELA, 1995), em especial os desempenhados de nomeação e de atribuição, que contribuem no processo persuasivo que percorre os editoriais.

Em resumo, devemos verificar a relação entre a ideologia propagada pelos editoriais (nível macro) e as escolhas linguísticas feitas na oração (nível micro), de acordo com a proposta de van Dijk (1993, 1997). A abordagem de Van Dijk tenta relacionar a noção macro da ideologia às noções micro dos discursos e das práticas sociais de membros de grupo, estabelecendo um elo entre o social e o individual, o macro e o micro, o social e o cognitivo. Essa abordagem da análise da ideologia e do discurso é especialmente útil no exame do modo como o discurso é usado por diferentes grupos a fim de comunicar ideologias específicas para membros do grupo ou fora do grupo. Van Dijk recorre a uma metodologia que se apoia na gramática-da-oração para entender como os traços do texto na superfície comunicam ideologias específicas e identidades de grupo no nível profundo. Para esse enfoque na gramática-da-oração, o autor recorre ao enquadre da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), de Halliday (1994). Assim, a língua é entendida como uma "rede de opções entrelaçadas" (Halliday, 1994, p. xiv) pela LSF, uma gramática do significado, que vê a língua como um sistema semiótico de significados realizados por meio de funções do rico recurso de opções gramaticais à disposição do usuário da língua. O que caracteriza um sistema semiótico é o fato de que cada escolha no sistema adquire seu significado em relação a outras escolhas que poderiam ter sido feitas.

Assim, a análise dos dados tem o apoio da Linguística Sistêmico-Funcional, em especial, da sua metafunção interpessoal, enfocando a persuasão feita através dos modos textuais e da avaliação explícita e implícita, do sistema da Avaliatividade, bem como dos papéis interacionais projetados de nomeação e de atribuição. Por outro lado, a veracidade dos argumentos apresentados pelo editorial será examinada por meio da Teoria da Argumentação, de Toulmin (1958).

O objetivo desta dissertação é o exame da persuasão que percorre os modos textuais de que se constituem os editoriais, bem como as escolhas léxico-gramaticais feitas nesses textos para a avaliação de fatos e pessoas apontadas nos argumentos apresentados pelo jornal.

A pesquisa deve responder às seguintes perguntas: (a) Como estão entrelaçados os tipos de texto nos editoriais analisados com vistas à persuasão? (b) Como é feita a avaliação nesses textos: explícita ou implicitamente? (c) Quais recursos retóricos são utilizados com vistas à persuasão? (d) O que revela a

aplicação da Teoria de Toulmin à garantia oferecida aos argumentos apresentados nos editoriais?

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seguir, faço uma breve apresentação dos conceitos aos quais recorro em minha análise, divididos em 3 grupos, a saber: (a) o texto: a noção de gênero editorial; a questão da distinção entre gêneros e os tipos de textos (VESTERGAARD, 2000); os modos textuais (REYNOLDS, 1997; 2000), envolvendo a noção de crypto-argumentação (a argumentação secreta) (KITIS; MILAPIDES, 1997); (b) a metodologia: a linguística crítica (FOWLER, 1991; Fowler et al (1979)); o trabalho de Fairclough sobre linguagem e poder (1989, 1992a, 1992b) e a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) (HALLIDAY, 1985; 1994), aqui incluindo a Avaliatividade (MARTIN, 2000), uma ampliação da metafunção interpessoal, da LSF, bem como os papéis desempenhados (THOMPSON; THETELA, 1995); (c) questões retóricas que envolvem a argumentação: a intersubjetividade; as vozes no texto; a política do 'apito do cão'; e o 'contrabando' de informação, decorrentes da avaliação implícita que percorre o texto; e, finalmente, a Teoria de Toulmin, já que Reynolds liga (jurisprudencialmente) o modo argumentativo com o modelo retórico de argumento de Toulmin (1958), e que permite aquilatar a validade das reivindicações feitas no processo da argumentação.

2.1. Gêneros e Tipos de Texto

O texto prototípico de um jornal é a reportagem de notícias, diz Vestergaard (2000). Esse é certamente o tipo de texto que tem atraído a atenção da maioria dos pesquisadores. Assim, em um livro sobre a linguagem de jornais, Bell (1991 *apud* VESTERGAARD, 2000), depois de estabelecer a distinção de gênero em três tipos (informação, opinião e notícia), concentra-se exclusivamente neste último. Outro livro do mesmo ano (Fowler, 1991) contém um capítulo de editorial (capítulo 11), mas sintomaticamente, o capítulo não dá nenhuma referência. O que uma reportagem faz, aparentemente, é simplesmente relatar os eventos como eles de fato aconteceram, e a maioria de nós provavelmente concordaria com que é essa a tarefa dos jornais. Porém, qualquer jornal contém textos que podem não ser entendidos como notícia de eventos, pois traz, também, comentários, interpretações, avaliações,

recomendações, etc., baseados em eventos e assuntos relatados nos textos dos noticiários. É nesses textos que não são expressamente notícias que Vestergaard está interessado.

Para Vestergaard, há dois modos de definir "texto": um objetivista e outro funcionalista. De acordo com a visão objetivista, um texto é simplesmente uma corrente de símbolos linguísticos fixos no papel (ou outro meio) "capaz de ser empregada na construção de significado" (BEX, 1996 *apud* VESTERGAARD, 2000). O corolário dessa visão é de que pode haver texto sem significado, uma consequência que o próprio Bex aceita (*op.cit.*, p. 79), e que uma pessoa pode reconhecer um dado objeto como um texto mesmo que ela não conheça a língua, nem mesmo o sistema notacional empregado (*ibid.*, p. 77). Este é provavelmente também o sentido cotidiano da palavra: podemos falar sobre textos etruscos embora nenhum de nós seja capaz de decifrá-los completamente.

Por outro lado, de acordo com a visão funcionalista ou semanticista, um texto não é apenas uma corrente de símbolos linguísticos, mas uma sequência com uma meta comunicativa reconhecível (que, é claro, não deve ser confundida com a intenção comunicativa do produtor). Essa visão, que é a mais aceita entre os linguistas (HALLIDAY; HASAN, 1976, 1985/89; MARTIN, 1992; MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1992, LONGACRE, 1992 *apud* VESTERGAARD, 2000), tem uma série de corolários. Um é de que certos textos explícitos, num exame mais detido, podem muito bem tornar-se "uma coleção de sentenças desconexas" (HALLIDAY; HASAN 1976: 1). Outro é de o que para alguns leitores pode ser considerado uma coleção completamente incompreensível de palavras e sentenças pode ser perfeitamente um texto sensível e coerente para outros. Esses outros são leitores privilegiados para quem o texto é produzido, seus 'leitores imaginários' (COULTHARD, 1994 *apud* VESTERGAARD, 2000) ou sua 'comunidade discursiva', como Swales (1990 *apud* VESTERGAARD, 2000) afirma. Disso decorre que, na visão funcionalista de texto é apenas com referência a uma comunidade discursiva específica que a questão da textualidade de uma peça escrita pode ser decidida.

Uma tentativa central na classificação de gênero, diz Bhatia (1993, p. 86-88, *apud* VESTERGAARD, 2000), deve considerar exatamente a meta comunicativa como distinta de traços linguísticos de superfície, e essa direção, em adição à tentativa de apoiar a classificação geral em raciocínio dedutivo e não indutivo,

encontra-se em Longacre (1972, p. 200ff., *apud* BATHIA, 1993 *apud* VESTERGAARD, 2000). Longacre distingue quatro gêneros principais com base em dois pares de conceitos: +/- sucessão temporal e +/- projeção (aproximadamente correspondendo a futuro vs não-futuro):

GÊNEROS		
	- projeção	+ projeção
+ sucessão temporal	narrativo	instrucional
- sucessão temporal	expositivo	exortativo

Quadro 1 - Os quatro gêneros (fonte: LONGACRE, 1972 *apud* VESTERGAARD, 2000)

Textos narrativos relatam uma sequência de eventos representados como se tivessem acontecido no passado (notemos como mesmo textos de ficção científica usam o tempo verbal passado para o presente da narrativa); textos de instruções prescrevem sequências de ações que devem ser seguidas para, por exemplo fazer um aparelho funcionar ou para juntar ingredientes na confecção de uma receita culinária; textos dissertativos (expository texts) descrevem situações ou problemas e suas possíveis soluções, e finalmente, textos exortativos (hortatory texts) que induzem o leitor a tomar alguma ação ou a adotar uma atitude. Em 1992, Longacre acrescenta um outro macro-gênero à sua taxonomia, ou seja, o persuasivo, que partilha traços com os textos dissertativos e exortativos: como o primeiro, ele descreve um problema e propõe soluções, mas como o segundo ele também tenta convencer o leitor a aceitar a solução proposta.

Qualquer gênero, na visão de Longacre, é caracterizado por uma configuração específica de 'movimentos de estrutura profunda'. Esses movimentos são claramente de status conceitual diferente das unidades referidas como 'estágios', por Eggins e Martin (1997 *apud* VESTERGAARD, 2000), em que estágios, como diz o nome, correspondem a segmentos textuais concretos. Já os movimentos de Longacre parecem operar em um nível mais abstrato do que as unidades referidas pelo mesmo nome por Bhatia (1993 *apud* VESTERGAARD, 2000). Assim, eles não entram em correspondência uma-a-uma com os segmentos textuais concretos (veja HOEY, 1994), e além disso, o modelo de gênero de Longacre, como o de Coulthard (1994 *apud* VESTERGAARD, 2000) e Hoey (1994 *apud* VESTERGAARD, 2000), permite tanto o encaixamento como a recursividade. Por exemplo, o movimento de

'apresentação do problema' de um texto exortativo pode bem ser realizado por uma sequência de texto narrativo, o que, inclusive, não é tão raro no texto de propaganda (VESTERGAARD; SCHRÖDER, 1985, p. 50-54, *apud* VESTERGAARD, 2000).

Deixando de lado os textos instrucionais, que são irrelevantes para os propósitos do autor, ele se atém aos seguintes quatro tipos de macro-textos, cada um, em sua forma completa, caracterizando-se por quatro 'movimentos de estrutura profunda':

Macro-texto	<i>Movimentos de estrutura profunda do gênero</i>
Narrativo	incidente - tensão - clímax - solução
Expositivo	problema - solução proposta - argumentação - solução
Persuasivo	problema - solução proposta - argumentação - apelo para adoção de valores
Exortativo	autoridade estabelecida - problema - comandos - criação de motivação
Descritivo	(colocado posteriormente por Vestergaard)

Quadro 2 - Tipos de macro texto (fonte: LONGACRE, 1972 *apud* VESTERGAARD, 2000)

Vestergaard deixa a questão aberta quanto ao número de possíveis tipos de macro-textos teoricamente motivados e nota simplesmente que, para as metas do seu texto, há necessidade de outro tipo, o descritivo.

De acordo com Martin (1992, p. 546-573), Vestergaard diz que as distinções de gênero ocorrem na intersecção da meta comunicativa com o registro, o que coloca a receita culinária e o manual de instruções em gêneros diferentes. De qualquer forma, a estreita relação entre reportagem de notícia e o contar histórias somente será surpreendente se vista de uma perspectiva estreita, orientada para o registro. De outro ponto de vista, a natureza narrativa de reportagem de notícias pode ser considerada como firmemente estabelecida (cf. BELL, 1991; BENNETT, 1982; HARTLEY, 1982; KATZ, 1987 *apud* VESTERGAARD, 2000). Um ponto a ser considerado é até que ponto uma subclassificação de gênero de textos de jornais pode ser baseada em variáveis de registro.

2.2. O Editorial de Jornal como um Gênero

Quanto aos modos textuais, são eles, de acordo com Reynolds (2000): (a) modo *representativo*, abrangendo o narrativo (contar estórias), o descritivo (dizer como as

coisas são) e o argumentativo (expressar opiniões e crenças e tentar persuadir os outros dos seus pontos de vista); (b) modo *interpessoal*: diretivo (dizer aos outros como, quando e/ou onde fazer algo), intencional (anunciar planos e intenções, e expressar compromisso de ação) e fático (estabelecer e manter contato com outros); e (c) modo *metadiscursivo*, o modo reflexivo, no qual se faz comentário sobre o discurso, o próprio e o do outro. No caso do editorial de jornal, o foco está nos modos representacionais. Veja resumo no Quadro 3.

Modos representacionais			Modos interpessoais			Modo metadiscursivo
narrativo	descritivo	argumentativo	diretivo	intencional	fático	modo reflexivo

Quadro 3 - Os modos textuais (fonte: REYNOLDS, 2000)

O primeiro ponto a considerar é que o editorial de jornal seja reconhecível como um gênero, o que acontece por dois motivos: contextuais e textuais. Contextualmente, é reconhecível por seu posicionamento no jornal. É frequentemente colocado numa página central, interna (embora em alguns tablóides populares, o lide possa estar na primeira página), proeminentemente marcado em relação aos demais. Em termos do modo textual, o editorial é, predominantemente um modo argumentativo fundido com a narrativa e a descrição. A razão para tal fusão deriva da necessidade de apoiar o argumento com evidências. Nas palavras de Vestergaard (2000:102):

... um artigo prototipicamente de destaque é um texto que descreve um problema corriqueiro, tipicamente político, sugere uma ou duas soluções, e pesa seus méritos relativos à luz de possíveis consequências. O artigo de destaque prototípico será ... persuasivo ou expositivo, dependendo se contém apelo direto para a adoção da solução propagada.

A meta do editorial é afirmar a visão do jornal a respeito de algum assunto ou notícia, e não é assinado. Supõe-se que ele seja o trabalho do editor, ou talvez do proprietário. É também o objetivo do editorial persuadir o leitor sobre o ponto de vista do jornal a respeito da questão em foco. O objetivo do editorial pode ser apoiar os preconceitos dos leitores (os consumidores), e assim contribuir para manter a clientela. É nesse ponto que a ideologia entra no editorial, na medida em que parte de suas funções é atingir e confirmar os interesses dos leitores, preocupações e

pontos de vista. A ideologia aqui é, nas palavras de Thompson (1984:1 *apud* REYNOLDS, 2000), “o pensamento de outros” na medida em que é uma interpretação pelo jornal daquilo que o leitor quer ler.

2.3. Distinção entre Argumentação, Narrativa e Descrição

Reynolds (1997) distingue os modos descritivo, narrativo e argumentativo entre si através de dois testes. O primeiro distingue a argumentação dos demais, e o segundo distingue narrativa da descrição.

O primeiro teste refere-se à natureza da verdade das afirmações expressas no discurso: a verdade de cada proposição contida nas afirmações é verificável literalmente ou não? Se a resposta for “sim”, então, é caso de narrativa ou descrição; se “não”, então será um argumento. Deve-se notar que ‘argumento’ não está sendo considerado como se lhe faltasse a verdade: o que está em questão é o status epistemológico de uma afirmação como uma reivindicação de verdade.

O segundo teste, para distinguir entre narrativa e descrição, consiste na pergunta: o discurso relata uma mudança de estado ou assunto? Se a resposta for afirmativa, então o discurso está no modo narrativo; se negativa, então o modo é descritivo. A distinção narrativa/descrição depende da visão de que “todas as narrativas envolvem o relato de algum estado ou alguma mudança de estado” (TOOLAN 1988, p. 14, *apud* REYNOLDS, 2000). Estritamente falando, a afirmação de Toolan cobre tanto a narrativa quanto a descrição. Porém, os verdadeiros traços de distinção entre os dois são (a) se a mudança em algum estado de coisas está sendo relatada, e (b) se o relato do estado de coisas é ‘motivado’ ou não, no sentido de que o relato seja feito do ponto de vista do narrador. O ponto de vista do narrador introduz sempre e imediatamente o potencial de argumento, de discurso persuasivo. Contudo, deve-se admitir que nem sempre é fácil distinguir com absoluta certeza entre narrativa e descrição.

Neste ponto, surge um aparente paradoxo, que é a relação entre a fusão textual e reivindicação de verdade. Se a narrativa e a descrição tratam de afirmações verificáveis, e o argumento de não-verificáveis, como é possível – coerente – que o argumento se combine com um dos demais modos numa mesma oração ou sentença? A resposta está num fato observável: na argumentação -

expressão de crença e atitude - misturamos fato e opinião, asseveração e suposição. Com a narrativa, também, há sempre um narrador e assim a interpretação dos eventos bem como seu relato. O ponto de vista pode ser considerado um elo entre narrativa e argumento. Para usar uma metáfora, tecemos fato e opinião juntos no discurso: daí, a 'textura'.

Cabe aqui a inclusão da noção de *crypto-argumentação*, ou argumentação secreta, proposta por Kitis e Milapides (1997), que esclarecem a questão da existência de uma argumentação 'por trás' de um texto construído, aparentemente, por descrições e narrações neutras.

2.3.1. A *Crypto-Argumentação*

Prideaux (1991, *apud* KITIS; MILAPIDES, 1997) diz que o texto deveria ser governado por certos princípios de retórica textual, que trata da construção de textos e da organização sentencial e de sua interpretação.

Quem escreve, contudo, recorre repetidamente a feições da retórica interpessoal, também. Ou seja, a retórica textual tem um aspecto interpessoal, segundo Prideaux (1991, *apud* KITIS; MILAPIDES, 1997). Assim, o estilo descritivo do parágrafo é transformado em um argumentativo. No trecho abaixo, por exemplo, a concatenação de afirmações descritivas é quantificada em uma expressão factiva (KIPARSKY; KIPARSKY, 1971, *apud* KITIS; MILAPIDES, 1997), 'não ligue', com todas as propriedades pressuposicionais concomitantes se espalhando sobre o complemento factivo resultante:

Não ligue para o fato de que a constituição da Macedônia negue explicitamente tal reivindicação. Ou de que sua armada consiste em cerca de 6.000 tropas de infantaria armada com pistolas e rifles, enquanto a Grécia é mais de 25 vezes maior e está equipada com tanques, artilharia pesada e jatos de combate. Ou de que não há nem precedente ou justificativa na lei internacional para um país dizer a outro como ele pode se chamar.

(Artigo "Greece 's defense seems just silly", publicado na revista Time em 12 de outubro de 1992)

O efeito argumentativo é alcançado com o empréstimo de uma feição da retórica interpessoal, a expressão 'Não ligue', que não somente ecoa o estilo casual do uso da língua em conversa, mas é, além disso, ligeiramente tingida de ironia; essa feição

da retórica interpessoal (ironia) (LEECH, 1983, *apud* KITIS; MILAPIDES, 1997), atravessa o complemento factivo cujo conteúdo proposicional é pressuposto, e como tal passa como tendo sido afirmado antes.

Tais aspectos pressuposicionais alertam o leitor para a existência de um texto já consumido ou lido, para um outro discurso prévio, a um intertexto, que pode ou não ser localizado. Esta estratégia mostra a manipulação consciente da memória circular da leitura (BARTHES, 1975 *apud* KITIS; MILAPIDES, 1997), conforme será visto na análise dos editoriais relacionados à candidatura de Dilma Rousseff à presidência.

Vemos como esses instrumentos retóricos são empregados no nível interpessoal como veículos para expressar um argumento no nível do 'não-dito', o nível da coerência subjacente do texto. Tais instrumentos ajudam a transformar o discurso numa sedutora crypto-argumentação, contribuindo assim para a construção geral da ideologia do texto.

2.3.2. As Funções da Argumentação

Vestergaard (2000) comenta o tipo canônico do texto de comentário, o editorial. A maioria de nós concordaria que um editorial é um texto que descreve um problema tipicamente político, sugere uma ou mais soluções, e avalia seus méritos à luz de possíveis consequências. O editorial prototípico, em outras palavras, será persuasivo ou dissertativo (*expository*), conforme contenha ou não apelo direto para a adoção da solução propagada.

No modo argumentativo, há muitas funções, que juntas formam a natureza persuasiva desse modo. Vestergaard (2000:103-5) apresenta uma lista (não exaustiva, contudo) de cinco tipos *ilocucionários* ("avaliativo": não-verificável): predição, avaliação, proposta, interpretação e explicação causal. Reynolds (2000) se concentra em dois deles, predição e avaliação, já que eles estão sempre presentes na argumentação de editoriais. Ele também salienta dois outros: **asserção** e **hipótese**.

Por outro lado, conforme Atelsek (1981 *apud* VESTERGAARD, 2000), nem todos aceitam a existência de conhecimento objetivo. O ponto crucial é, prossegue

Vestergaard, que não faz sentido falar de grau de comprometimento do falante com a verdade, se a questão da verdade, estritamente falando, for irrelevante. Atelsek, que denomina essas declarações de 'normativas', distingue nelas dois sub-tipos: *avaliações* ("A comida estava deliciosa") e *propostas* ("Você deve aprender a cozinhar").

Avaliações e propostas, contudo, não são as únicas declarações sobre as quais não há certeza. Além delas, existem pelo menos mais três: *previsões*, *explicações causais* e *interpretações*. Tal como as avaliações e propostas, essas ilocuções apoiam-se mais em avaliação humana do que em evidência empírica. Vestergaard (2000) propõe chamar a essas cinco declarações de avaliativos ('*assessives*'). Quando ocorrem em artigos de opinião, elas são atribuídas a alguma fonte, mas em editoriais, elas ocorrem em abundância e sem ser atribuídas a fontes a não ser ao autor do texto. A fonte de avaliação é em geral expressamente afirmada como sendo o próprio escritor, tipicamente no formato do 'nós de editorial' ('*leading article we*'), um fenômeno a que Vestergaard se refere como auto-atribuição.

A propósito, Reynolds (2000) resume e esclarece a relação entre os modos textuais, em especial, o modo argumentativo e suas funções persuasivas. Diz o autor que, dentre os três modos (descrição, narração e argumentação), exerce papel fundamental no editorial o modo argumentativo por meio de um número de *funções*, ou seja, hipóteses, previsões e declarações, esta última desempenhando frequentemente um papel ideológico no discurso editorial, via declaração não-modalizada (REYNOLDS, 2000).

Modos textuais	Funções
Descrição	
Narração	
Argumentação	hipótese
	previsão
	declaração

Quadro 4 - As funções do modo argumentativo (fonte: REYNOLDS, 2000)

Terminamos, aqui, as considerações gerais sobre texto e tipos de texto.

2.4. A Linguística Crítica

A abordagem crítica inclui a Linguística Crítica, de Fowler et al (1979) e Fowler (1991), o trabalho de Fairclough sobre linguagem e poder (1989, 1992a, 1992b), a abordagem da análise do discurso desenvolvida por Pêcheux (1982), estudos culturais desenvolvidos mais recentemente (SCANELL, 1991) e os trabalhos sobre linguagem e gênero (CAMERON, 1985, 1990, CALDAS-COUTHARD; COUTHARD, 1996, entre outros).

O que se ganha com a interpretação textual da linguística crítica? Ela não é com certeza um exercício de linguística e também não é uma análise linguística de um texto literário (Cf. KITIS; MEHLER, no prelo, *apud* KITIS; MILAPIDES, 1997). A meta de uma análise linguística crítica de um texto é desemaranhar os significados ocultos em suas estruturas lexicais, semânticas e sintáticas conforme elas gradualmente mediam o significado geral e ver como esses significados ajudam a construir o conteúdo ideológico, de tal forma que em última análise esse conteúdo seja não somente captado, mas também conquistado; como Fairclough (1989, p. 1, *apud* KITIS; MILAPIDES, 1997) diz, "a consciência é o primeiro passo em direção da emancipação". Em uma palavra, a contribuição que a análise linguística crítica deseja é constatar (no duplo sentido de 'controlar' e 'reprimir') atos de apropriação (no sentido de Ricoeur).

Em outras palavras, a reportagem de notícias, como outros textos, desempenha um paradigma intertextual. Tal intertextualidade (KRISTEVA, 1986, *apud* KITIS; MILAPIDES, 1997), heteroglossia ou dialogismo (BAKHTIN, 1981, *apud* KITIS; MILAPIDES, 1997), não precisa estar abertamente manifestada. Ela pode, como no caso analisado, ser conservada sob cobertura, através da intimação de indivíduos como sujeitos de 'seu' discurso, por formações ideológicas representadas na língua (ALTHUSSER, 1971, *apud* KITIS; MILAPIDES, 1997), através da ativação de outros contextos e discursos, e pela mitologização, isto é, pela formação de mitos.

Nessas relações intertextuais, a analogia entre a metáfora construída e sua ficção convencional, que fornece a evidência empírica para a predição de uma certa 'atmosfera' e de um envolvimento emocional e discursivo de pelo menos parte da

leitura, cria assim um solo fértil no qual certos contextos ideológicos podem ser sutilmente desenvolvidos na construção do texto.

Pode-se dizer que em certos tipos de discurso um argumento não precisa sempre ser apoiado pela razão e pela lógica, mas pelo uso de mitos ou 'mitografia'. Como o dito grego afirma 'se quiser persuadir leva seu mito consigo'. Depois de tudo, as parábolas de Cristo, através do uso de alegorias na pregação, foram essencialmente argumentativas em natureza, e poderiam apenas superficialmente ser chamadas de narrativas. Suas narrativas eram assim "adjuntos convenientes de persuasão" (NASH, 1989: 92, *apud* KITIS; MILAPIDES, 1997).

2.5. A Linguística Sistêmico-Funcional

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) é uma teoria iniciada por Halliday (veja Halliday, 1994), linguista britânico, radicado há muitos anos na Austrália. Segundo essa teoria, a linguagem é formada por muitos sistemas, cada um representando um tipo de escolha de sentido (geralmente inconsciente) feito pelos falantes (daí o nome 'sistêmico'); além disso, essas escolhas servem para os falantes realizarem coisas com a língua (daí o nome 'funcional').

Segundo Eggins (1994), os sistemicistas, partindo da descrição de como a língua é usada em textos autênticos, examinam a questão de como ela está estruturada para esse uso. Os usuários da língua não interagem apenas para trocar sons uns com outros, nem palavras ou sentenças, mas para construir significados. Esses significados, ou metafunções, segundo a LSF, são três:

- Metafunção ideacional: refere-se ao conteúdo, assunto ou tópico de que as pessoas tratam.
- Metafunção interpessoal: refere-se às relações entre pessoas expressas na linguagem.
- Metafunção textual: refere-se à maneira como as pessoas organizam a fala e a escrita de acordo com seu propósito e as exigências do meio sócio-histórico-cultural.

Essas metafunções agem juntas: cada palavra que dizemos realiza as três metafunções. Em sendo assim, tudo que expressamos linguisticamente quer dizer, simultaneamente, três coisas: alguma coisa (ideacional) dita a alguém (interpessoal) de algum modo (textual). Veja como o exemplo: 'Certamente, ele estudou inglês no passado', seria analisado nessas metafunções:

METAFUNÇÕES	Certamente	ele	estud-	-ou	inglês	no passado
<i>Ideacional</i>	-----	Ator	processo material		Meta	Circunstância
<i>Interpessoal</i>	Mood		Resíduo	Mood	Resíduo	
	Finito Modalidade	Sujeito	Predicador	Finito Tempo	Complemento	Adj. adverbial
<i>Textual</i>	Tema		Rema			

Quadro 5: As três metafunções (fonte: HALLIDAY, 1994)

Em relação à metafunção ideacional, o verbo 'estudar' expressa um processo material; 'ele', um participante 'Ator'; 'inglês', um participante 'Meta'; e 'no passado', uma Circunstância de tempo. Esses elementos representam a transitividade da oração. Em relação à metafunção textual, 'ele' realiza o Tema da frase e o restante, o Rema. O Tema é o ponto de partida da mensagem e indica uma posição importante na frase, ajudando a estruturar o discurso e a dar proeminência aos elementos que o compõem. Em relação à metafunção interpessoal, é uma sentença declarativa, na qual o *mood* é realizado pelo Sujeito 'ele', e pelo Finito: (i) pela a terminação '-ou' (flexão do pretérito perfeito); (ii) pela Modalização 'certamente'. O restante da frase forma o Resíduo.

Vamos nos estender mais na consideração da metafunção interpessoal, já que ela terá papel mais acentuado em nossas análises. Segundo Halliday (1994), a oração está organizada como um evento interativo, envolvendo falante (ou escritor), e audiência. Os tipos fundamentais de papel de fala são apenas dois: (i) dar, e (ii) pedir. O falante ou está dando ou está pedindo algo para o ouvinte (uma informação, por exemplo). Portanto, um 'ato' de fala é algo que poderia ser mais apropriadamente chamado de uma 'interação': é uma permuta, na qual dar implica receber e pedir implica dar em resposta. Juntamente com essa distinção básica está uma outra distinção, igualmente fundamental, que se relaciona com a natureza do produto que está sendo permutado. Este pode ser (a) bens e serviços ou (b) informação.

Quando a língua é usada para permuta de informação, a oração toma a forma de PROPOSIÇÃO. O autor continua a usar os termos 'proposição' no seu sentido usual para se referir a afirmações e perguntas. Mas julga ser útil introduzir um termo paralelo para a referência a oferecimentos e ordens: PROPOSTA. A função semântica da oração como permuta de informação é uma proposição; a função semântica da oração como permuta de bens; serviços é uma proposta.

Voltando a focar as metafunções, a sua atuação simultânea é possível, diz Halliday (1994), porque a língua possui um nível intermediário de codificação: a léxico-gramática. É este nível que possibilita à língua construir três significados concomitantes, e eles entram no texto através das orações. Daí por que Halliday dizer que a descrição gramatical é essencial à análise textual.

2.5.1. Língua e Contexto

A LSF explica o modo como os significados são construídos nas interações linguísticas do dia-a-dia, e por isso leva em conta o contexto cultural e social em que ocorrem a fim de entender a qualidade dos textos: por que um texto significa o que significa, e por que ele é avaliado como o é. Língua e contexto estão inter-relacionados, tanto que sem um contexto não somos capazes, em geral, de dizer que significado está sendo construído. Portanto, ao fazermos perguntas funcionais, não é suficiente enfocarmos somente a língua, mas a língua usada em um contexto. Mas quais as feições desse contexto afetam o uso da língua? Para responder a essa questão, os systemicistas lançam mão de dois conceitos: registro e gênero.

2.5.1.1. Registro

O registro descreve a influência das dimensões do contexto situacional imediato sobre a língua. Halliday (1978, 1985) sugere que os elementos do contexto que influem no uso da língua sejam somente três: (a) Campo (o assunto sobre o que a língua está sendo usada); (b) Relação (a relação entre os interlocutores) e (c) Modo (o papel que a língua exerce na interação). As três variáveis contextuais de

registro são organizadas, respectivamente, pelas metafunções ideacional, interpessoal e textual da linguagem (HALLIDAY, 1978).

2.5.1.2. O Gênero

O gênero descreve a influência das dimensões do contexto cultural sobre a língua. Dessa forma o texto não é utilizado somente para explorar as formas gramaticais isoladas, mas tem-se o objetivo de analisá-lo com uma dimensão textual-discursiva, concepção sócio-interacionista de linguagem centrada na interlocução. Na LSF, Martin (1984) oferece uma definição mais operacional: "gênero é uma atividade organizada em estágios, orientada para uma finalidade na qual os falantes se envolvem como membros de uma determinada cultura". Diz ele que grande parte do choque cultural é de fato choque de gênero. Menos tecnicamente (MARTIN, 1984, p. 248), diz que gêneros são como as coisas são feitas, quando a linguagem é usada para efetivá-las.

2.5.1.3. A Ideologia

A ideologia ocupa um nível superior de contexto, referindo-se a posições de poder, a vieses políticos e suposições sobre o que os valores, tendências e perspectivas que os interlocutores trazem para seus textos, e tem chamado a atenção dos systemicistas, na medida em que, em qualquer registro, em qualquer gênero, o uso da língua será sempre influenciado pela nossa posição ideológica.

Embora a ideologia tenha importância atestada, apenas algumas áreas do conhecimento humano e do estudo da linguagem tentam analisar aspectos ideológicos (C.f. VAN DIJK, 1998), dentre as quais se destaca a Análise de Discurso Crítica (ADC), que engloba uma variedade de abordagens em torno da análise social do discurso (FAIRCLOUGH; WODAK, 1987; PÊCHEUX, 1982; WODAK; MEYER, 2001). A ADC oferece uma contribuição significativa da Linguística para debater questões da vida social, como o racismo, o sexismo (a diferença baseada no sexo),

o controle e a manipulação institucional, a violência, as transformações identitárias, a exclusão social, entre outros.

A LSF faz menção ao contexto ideológico, sem, porém, oferecer detalhes sobre sua influência no discurso. Quem o faz é Banks (2005), que, analisando dois textos do fim do séc. XVII: “Newton’s Opticks”, de Newton (em inglês) e o “Traité de la lumière”, de Huygens (em francês), verifica que embora abordem o mesmo assunto - a teoria das luzes e cores - os autores das obras operam sobre ideologias diferentes: Newton se apoia no paradigma empírico e Huygens é cartesiano. Esse fato tem um efeito na semântica e na léxico-gramática dos dois textos, diz o autor, e prova que a ideologia atravessa diretamente o nível do contexto afetando a semântica e estrutura do texto – e que Campo, Relações e Modo não são suficientes para pinçá-la. Advém dessa constatação a preocupação do linguista moderno em buscar a ideologia nas metafunções, através da léxico-gramática, pois, uma vez que ela é anterior e ulterior ao texto, é essencialmente detectada no nível semântico e nunca poderia ser dimensionada nos níveis de Gênero e Registro.

A LSF tem recebido críticas e contribuições no decorrer dos tempos. Vamos apresentar aqui a noção de Avaliatividade (*Appraisal*), proposta por Martin (2000), já que, segundo ele, a metafunção interpessoal não se restringe a dar e receber informações ou bens e serviços, mas inclui também a avaliação que o falante/escritor faz do conteúdo da mensagem, bem como de seu interlocutor.

Por outro lado, a mesma metafunção é vista como envolvendo duas funções distintas (e não uma envolvendo a outra como quer a LSF): pessoal (que equivale à Modalidade da LSF) e interacional (que equivale ao *Mood*, da LSF).

Passamos, pois, à apresentação dessas noções.

2.5.2. A função pessoal: Avaliatividade (*Appraisal*)

Na LSF, o sistema interpessoal tem sido gramatical em sua base, funcionando no nível da oração, em que MOOD e MODALIDADE servem como pontos de partida para o desenvolvimento de modelos. A tradição baseada na gramática tem focalizado o diálogo como uma troca de bens; serviços ou informação.

Mas, segundo Martin (2000), a interação através do discurso vai além da permuta de bens e serviços ou informação.

O que tendeu a ser omitido pelas abordagens da LSF é a semântica da avaliação – como os interlocutores estão sentindo, os julgamentos que eles fazem e o valor que eles põem em vários fenômenos de sua experiência. Nos exemplos do quadro 6, é evidente que diálogos como esses constituem mais que uma simples troca de bens; serviços ou de informação. Juntamente com modelos baseados na gramática, então, precisamos elaborar sistemas lexicalmente-orientados que tratem também desses elementos.

AFETO – emoções	
RITA	Eu <u>adoro</u> esta sala. Eu <u>adoro</u> aquela janela. E você <u>gosta</u> também?
FRANK	O quê?
JULGAMENTO – ética (avaliando comportamento)	
FRANK	E é o seguinte, entre você, eu e as paredes, eu sou na verdade um professor <u>péssimo</u> . Na maioria das vezes, veja, nem interessa realmente – dar aulas <u>péssimas</u> está bem para a maioria dos meus alunos <u>péssimos</u> .
APRECIÇÃO – estética	
RITA	Sabe, a Rita Mae Brown, que escreveu Rubyfruit Jungle? Você leu esse livro? Ele é <u>fantástico</u> .

Quadro 6 – Exemplos de *Avaliatividade* (fonte: MARTIN, 2000).

Martin diz que a expressão de atitude não é simplesmente uma questão de posicionamento pessoal, mas uma questão interpessoal, pois a razão básica de adiantar uma opinião é provocar uma resposta de solidariedade do interlocutor. O autor examina o léxico avaliativo que expressa a opinião do falante (ou do escritor) sobre o parâmetro bom/mau, como no exemplo a seguir:

É inaceitável que o espírito de competição degenera em mortes.

O sistema de escolhas usado para descrever essa área de significado potencial é chamado *Avaliatividade*.

Na essência, *Avaliatividade* é um enquadre localizado na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), que mapeia os recursos que usamos para avaliar a experiência social (MARTIN, 2000; MARTIN; WHITE 2005; WHITE 2003). Esses recursos podem se realizar através de várias estruturas gramaticais e do léxico. A análise de *Avaliatividade* é um modo de capturar, de maneira compreensiva e sistemática, os padrões avaliativos globais que ocorrem num texto, num conjunto de textos ou em discursos institucionais.

Avaliatividade	COMPROMISSO	monoglóssico heteroglóssico	
	ATITUDE	afeto julgamento apreciação	
	GRADUAÇÃO	FORÇA	aumenta diminui
		FOCO	aguça suaviza

Quadro 7 - Recursos de Avaliatividade (fonte: MARTIN, 2000)

O COMPROMISSO é um conjunto de recursos que capacita o escritor (ou o falante) a tomar uma posição pela qual sua audiência é construída como partilhando a mesma e única visão de mundo ou, por outro lado, a adotar uma posição que explicitamente reconhece a diversidade entre várias vozes. Pelo uso de expressões como 'talvez', 'tem sido afirmado que', 'naturalmente', 'eu acho', a voz textual age, para reconhecer, comprometer-se ou alinhar-se com posições que podem ser alternativas àquilo que está sendo dito no texto. Em termos amplos, White (2003) distingue, no sistema de Compromisso, entre enunciados monoglóssicos (afirmações não-dialogizadas) e enunciados heteroglóssicos ou dialogísticos (nos quais se sinaliza algum compromisso com posições alternativas/voz).

A categoria principal ou sub-sistema é o AFETO, que trata da expressão de emoções (felicidade, medo, etc.). Relacionados a ele há mais dois sub-sistemas: JULGAMENTO (tratando de avaliação moral: honestidade, generosidade, etc.) e APRECIÇÃO (tratando da avaliação estética: sutileza, beleza, etc.).

A GRADUAÇÃO envolve um conjunto de recursos para aumentar ou diminuir a intensidade da avaliação.

2.5.2.1. Afeto

O Afeto envolve um conjunto de recursos linguísticos para avaliar a experiência em termos afetivos, para indicar efeito emocional positivo ou negativo de um evento.

Há uma série de possíveis realizações linguísticas do afeto, segundo Martin (2000):

(a) afeto como qualidade

adjunto adnominal	um menino feliz	epíteto
predicativo	o menino estava feliz	predicativo
modo do processo	o menino brincava feliz	circunstância

(b) afeto como processo

comportamento	Ela <u>sorriu</u> para ele
disposição mental	Ela <u>gostou</u> do presente
relacional	Ela <u>ficou feliz</u> com ele

(c) afeto como comentário

Felizmente, conseguimos descansar	Adjunto modal
-----------------------------------	---------------

Para classificar o afeto, Martin baseia-se nos seguintes fatores:

- (a) Em termos culturais, um sentimento é considerado negativo ou positivo?
- (b) O sentimento é realizado como uma externalização de emoção (o menino riu) ou uma predisposição de estado mental (ele estava triste)?
- (c) O sentimento é construído como reação direta a um fator externo (ele gostava da professora) ou como um evento de estado de espírito (ele estava feliz)?
- (d) Como o sentimento é graduado? Baixo? Médio? Alto?
- (e) O sentimento envolve intenção (e não reação) com relação a estímulo irreal?
Real?

AFETO irreal		
Inclinação	Comportamento	Disposição
medo	tremor	desconfiado
desejo	pedido ordem	ter saudade ansiar

Quadro 8 – Afeto irreal (fonte: MARTIN, 2000)

- (f) A variável final agrupa as emoções em 3 conjuntos: in/felicidade – in/segurança - in/satisfação.

AFETO real		
	comportamento	disposição
in/felicidade	lamúria choro	triste miserável
in/segurança	intranquilidade tremor	desconfortável ansioso
in/satisfação	inquietação bocejo	aborrecido irritado

Quadro 9 – Afeto real completo (Fonte: MARTIN, 2000, p. 150)

2.5.2.2. Julgamento

O termo Julgamento (Iedema, Feez e White, 1994; Martin, 2000) refere-se à avaliação atitudinal na qual o comportamento humano é avaliado positiva ou negativamente por referência a algum conjunto de normas sociais. O Julgamento envolve significados que servem para avaliar o comportamento humano com referência a normas que regem como as pessoas devem ou não agir.

Pesquisas na área da mídia (IEDEMA et al, 1994) sugerem que o Julgamento seja dividido em dois grupos: estima social (normalidade, capacidade e tenacidade) e sansão social (veracidade e propriedade [ética]). Esses tipos relacionam-se à MODALIDADE (HALLIDAY, 1994): veracidade relaciona-se com probabilidade, normalidade com frequência, propriedade com obrigação, tenacidade com inclinação e capacidade com habilidade.

É vital enfatizar que o Julgamento, como um sistema de posicionamento atitudinal, é, por definição, formatado pela situação cultural e ideológica em que opera. O modo como as pessoas fazem Julgamentos sobre moralidade, legalidade, capacidade, normalidade etc. será sempre determinado pela cultura em que vivem e pelas suas experiências, expectativas, suposições e crenças individuais. Assim, haverá sempre a possibilidade de um mesmo evento receber diferentes Julgamentos, de acordo com a posição ideológica da pessoa que o faz.

O Julgamento pode ser inscrito/explicito ou evocado/implícito (*tokens*). No último caso, o texto não apresenta indicação explícita de atitude, palavra ou frase que possa indicar avaliação positiva ou negativa. O Julgamento implícito é disparado

a pela apresentação de simples fatos ou descrições de um evento ou estado de coisas. Mas, considerando seu contexto, a proposição apresentada certamente pode ser interpretada como avaliativa. O Julgamento implícito deve ser visto como um potencial, já que depende da posição do leitor. Além disso, a evocação do Julgamento depende também de outras partes do texto, especialmente as que contêm Julgamento explícito.

2.5.2.3. Apreciação

Martin (2000) fala em pareamento do significado ideacional com o interpessoal presente na apreciação no campo da linguística. Assim, surge um item complicador que é o fato de que o que conta como *Avaliatividade* depende do campo do discurso. Por isso, significados ideacionais que não usam léxico avaliativo podem se usados para evocar apreciação, afeto e julgamento. Uma ligação do sistema de *Avaliatividade* com outros sistemas se faz através do conceito de redundância:

O filme era muito triste.	O filme me comoveu até as lágrimas.
com processo Relacional + apreciação	com processo Mental

Quadro 10 – Redundância (fonte: MARTIN, 2000)

Quando a avaliação está explicitamente realizada, é fácil a análise da atitude em positiva ou negativa em relação a algum evento:

- (a) Felizmente/Infelizmente, o Brasil desafiou os EUA na ALCA.

Mas o que fazer em casos onde a avaliação não está inscrita explicitamente, como em:

- (b) O Brasil desafiou os EUA na ALCA.

AVALIATIVIDADE, NEGOCIAÇÃO e ENVOLVIMENTO constituem as relações (tenor), uma das variáveis de registro, que se refere às relações de poder e solidariedade entre os interlocutores.

Esse fato levou Martin a postular uma distinção importante:

Avaliatividade <u>inscrita</u>	a avaliação está explícita no texto (e.g. menino brilhante, menino malvado)
Avaliatividade <u>evocada</u>	a avaliação é projetada por referência a eventos ou estados que são ou não convencionalmente elogiados (um menino que lê muito) ou rejeitados (e.g. um menino que arranca as asas da borboleta)

Quadro 11 – Tipos de Avaliatividade (fonte: MARTIN, 2000)

Na articulação dos modos textuais com as funções do argumento, é importante reconhecer a noção de *tokens* de Atitude, a Avaliatividade implícita, de Martin (2000), ou seja, significados aparentemente ‘factuais’, experienciais, que podem ser “saturados” em termos interpessoais -, e que têm a capacidade de evocar no leitor respostas avaliativas, dependendo da sua posição de leitura social/cultural/ideológica.

e.g. Eu acho que a Dilma acaba ganhando.

Nesse exemplo, a Avaliatividade de Afeto, pode ser positiva, se o seu enunciador é petista e votou em Dilma; pode também ser negativa, em caso contrário, um eleitor do PSDB, frustrado com os resultados que estão sendo divulgados pela mídia.

Por outro lado, Lemke (1998) chama de **realização prosódica** ao significado atitudinal que se estende pelo texto e que inclui: *a coesão avaliativa, a propagação sintática, a avaliação projetiva, a avaliação prospectiva e retrospectiva*, e sugere que esses significados avaliativos tenham um papel importante na análise do discurso da heteroglossia social e da identidade individual e coletiva.

2.5.3 A função interacional

Thompson e Thetela (1995), porém, julgam necessária uma distinção no interior da metafunção interpessoal, já que Halliday postula a modalidade como

sendo envolvida pelo modo (mood), quando esses elementos têm, segundo os autores, funções distintas no enunciado: (i) pessoal, ou o posicionamento pessoal do escritor (modalidade) e (ii) interacional, a interação entre escritor e leitor (modo), respectivamente. Eles examinam os seguintes papéis:

- a) desempenhados, realizado pelo ato de fala por si, ou seja, o participante não pode desempenhar esses papéis (aqui eles examinam as perguntas e as ordens);
- b) projetados, em que tratam da questão da rotulação dos falantes/ouvintes (aqui eles examinam os elementos de tratamento (senhor, você) e os papéis que exercem na transitividade (ator, meta etc.).

Os autores, ao tratarem dos papéis projetados - a rotulação dos participantes -, dizem que é aí que o componente interpessoal se sobrepõe ao ideacional do modelo de Halliday, já que, se o escritor projeta os papéis, a pessoa sobre quem o papel é projetado é simultaneamente um participante no evento linguístico e um participante na oração. Assim, esclarecem uma característica importante para a minha análise, qual seja, a da simultaneidade das duas metafunções, já prevista, mas não detalhada, por Halliday. Também Fowler (1991: 85) afirma essa sobreposição, dizendo, que "é da essência da representação ser sempre a representação de algum ponto de vista ideológico, conforme tratada pela inevitável força de estruturação da transitividade e da categorização lexical".

Falamos acima sobre as funções da argumentação (hipótese, previsão e declaração). A nosso ver, essas funções, por sua vez, envolvem uma série de artifícios retóricos, que passamos a apresentar.

2.6. Recursos retóricos

Assim, apresentamos a seguir os recursos retóricos de que se valem as funções da argumentação: a intersubjetividade, as vozes do discurso, o 'apito do cão', o 'contrabando' de informação, que de um modo geral, decorrem da avaliação implícita que percorre o texto, e que é tratada, em especial, por Martin (2000), e terminamos

com a Teoria da Argumentação, que verifica a validade das reivindicações feitas na argumentação.

2.6.1. O Intersubjetivismo

"Não pode haver enunciado que, de uma maneira ou de outra, não reatualize outros" (Foucault). O termo 'intertextualidade' foi cunhado por Kristeva no final dos anos 1960, no contexto de suas influentes apresentações para audiências ocidentais do trabalho de Bakhtin. Embora o termo não seja de Bakhtin, o desenvolvimento de uma abordagem intertextual (ou em seus próprios termos 'translinguística ') para a análise de textos era o maior tema de seu trabalho ao longo de sua carreira acadêmica e estava estreitamente ligado a outras questões importantes, incluindo sua teoria do gênero.

Bakhtin destaca a omissão relativa das funções comunicativas da linguagem pelos ramos principais da linguística e mais especificamente a omissão do fato de os textos e os enunciados serem moldados por textos anteriores aos quais eles estão 'respondendo' e (moldados) por textos subsequentes que eles 'antecipam'. Para Bakhtin, todos os enunciados, tanto na forma oral quanto na escrita, do mais breve turno numa conversa a um artigo científico ou romance, são demarcados por uma mudança de falante (ou de quem escreve) e são orientados retrospectivamente para enunciados de falantes anteriores (sejam eles turnos, artigos científicos ou romances) e prospectivamente para enunciados antecipados de falantes seguintes. Desse modo, "cada enunciado é um elo na cadeia da comunicação". Todos os enunciados são povoados e, na verdade, constituídos por pedaços de enunciados de outros, mais ou menos explícitos ou completos.

Para examinar e descrever adequadamente a funcionalidade comunicativa dos recursos léxico-gramaticais, é necessário vê-los como fundamentalmente dialógicos ou interativos, ou seja, a referência ao que foi dito antes antecipa, simultaneamente, respostas potenciais (Bakhtin, 1935 [1981]).

Na linha de raciocínio que envolve a intertextualidade, Kärkkäinen (2006) trata de um fato amplamente aceito na antropologia linguística e na análise da conversa: de que os significados são co-construídos e sociais por natureza.

Ela inicia sua proposta, dizendo que, quando a perspectiva avaliativa, afetiva e epistêmica do falante se reflete em suas escolhas linguísticas, estamos falando da função *expressiva, emotiva, afetiva* ou *atitudinal* da linguagem, em oposição à função *referencial, cognitiva* ou *descritiva*.

Nesse sentido, a autora afirma que a atitude no discurso não é a apresentação linguística transparente de 'estados internos' de conhecimento, mas que ela emerge da interação dialógica entre interlocutores. Para ela, a atitude é mais apropriadamente vista de um ponto **intersubjetivo**, e não, primordialmente, como uma dimensão subjetiva da linguagem.

Apresento aqui, a título de ilustração, um trecho do editorial "Pai e mãe", publicado em 19/08/10 no jornal Folha de S. Paulo e que trata da candidata Dilma Rousseff:

Nesse terreno a postulante governista é um enigma. É provável, como querem os petistas, que não lhe falte competência gerencial. Não se sabe, no entanto, como se comportará na eventualidade de ser eleita para ocupar o mais alto posto da República.

O trecho sublinhado é um exemplo do dialogismo, proposto por Bakhtin, quando ele fala de "textos subsequentes que eles 'antecipam'" e que está na base do intersubjetivismo. O editorial, que comenta sobre a inexperiência de Dilma em disputar eleições e exercer mandatos, tendo em mente o texto subsequente (provável contraponto dos petistas com relação à competência gerencial da candidata), antecipa o que poderiam ser as palavras dos petistas, tentando, assim, conseguir a adesão do leitor.

Kärkkäinen, para explicar a intersubjetividade, refere-se à definição linguística de subjetividade, de Finegan (1995:1):

Subjetividade é a expressão do *self* e a representação da perspectiva ou do ponto de vista no discurso do falante (ou, mais geralmente, de um agente locucionário) - que tem sido chamado de 'marca do falante'.

A subjetividade, então, refere-se ao fenômeno pelo qual o falante com suas atitudes e crenças está presente nos enunciados que ele produz. Kärkkäinen cita vários trabalhos sobre o assunto, referindo-se em especial a Biber et al. (1999: 859); Bybee e Hopper (2001: 7); Thompson e Hopper (2001); Scheibman (2001), entre outros,

mas propõe dar um passo além, para tratar da avaliação de um ponto de vista mais dialógico, dinâmico e emergente - considerando-a mais como uma característica intersubjetiva, e não somente subjetiva, da linguagem. Para tanto, ela se apoia em Du Bois (2000, 2002, 2004, no prelo), que advoga a noção de avaliação não apenas como uma dimensão subjetiva, mas também como um compromisso intersubjetivo com outras subjetividades, dizendo: "sem a intersubjetividade, a subjetividade fica inarticulada, incoerente, não-formada" (DU BOIS, 2004). Hunston e Thompson (2000: 143) igualmente afirmam que "a expressão de atitude não é, como tem sido afirmada, um assunto simplesmente pessoal: o falante 'comentando' sobre o mundo, mas um assunto verdadeiramente interpessoal em que a razão primordial da externalização de uma opinião é a espera por uma resposta de solidariedade do interlocutor. Não expressamos nossas avaliações, atitudes e estados de afeto no vácuo; os participantes do discurso não só agem, mas interagem. Eles alcançam a compreensão intersubjetiva da conversa corrente conforme dispõem sua própria compreensão (suas subjetividades) em seus turnos sequenciais, enquanto corrigem ou confirmam as de seus co-participantes (HERITAGE, 1984; NOFSINGER, 1991; HUTCHBY; WOOHITT 1998, *apud* KÄRKKÄINEN, 2006).

Como consequência, o falante quase nunca tem a possibilidade de dizer o que tenciona dizer, pois, de uma certa forma, está limitado pelo interlocutor. Já se disse que, em geral, 'as palavras do falante são as palavras que o ouvinte tem em mente'. Nesse sentido, influem também nessa limitação as diversas vozes que percorrem o texto, três, no dizer de Waugh (1995): o relator (e.g., o repórter, o editorialista), o relatado (aquele que é citado como fonte de um evento, mas ainda não corroborado por documento) e o discurso original (a voz que emana de documento original: livro, documento, lei, pesquisa publicada).

2.6.2. Vozes do Discurso

Waugh (1995) trata do discurso relatado (*reported speech*) (doravante DR) no discurso jornalístico, afirmando que no relato de notícias, o DR funciona de maneira diferente do modo como funciona, por exemplo, em narrativas ficcionais ou na conversa. Isto se deve ao fato de que o relato de notícias está focado na

comunicação de informação e preocupado com questões de referencialidade, verdade, confiabilidade e responsabilidade – que nem sempre são fatores primordiais em outros gêneros. Trata-se, segundo a autora, de uma questão que não tem recebido a atenção dos teóricos, que é o fato de o gênero/tipo de discurso estabelecer o enquadre que determina a natureza funcional do DR usado nesse enquadre.

A natureza funcional das categorias usadas em artigos jornalísticos, incluindo o DR, continua a autora, tende a se submeter a esse tipo de foco em relação ao mundo fora do texto. Nesse particular, o uso jornalístico do DR baseia-se na relação não só entre:

- (a) um evento do discurso relatador [doravante DADOR];
- (b) um evento do discurso relatado [doravante: DADO]; mas também de
- (c) um texto original, fora do texto que o cita, afirmado como realmente existente [DORIG].

O que caracteriza o DR é que, no discurso, não só se pode falar dos enunciados de um outro discurso, mas também se pode representá-los. Na realidade, o DR é o meio principal pelo qual representamos, abertamente, os enunciados de outro discurso. Como seres humanos, podemos falar sobre algo que nos interessa, podemos falar sobre qualquer coisa do mundo conceitual e perceptual (real ou imaginário, possível ou impossível) que quisermos. Mais importante, podemos falar sobre a fala, podemos comunicar sobre comunicação. Em outras palavras, o DR não é *'fala sobre fala, enunciado sobre enunciado'* (Volosinov, 1973: 115 [ênfase no original]; Jakobson, 1957: 130; Sternberg, 1982a: 107 *apud* WAUGH, 1995), discurso sobre discurso, mas também, e isso é o que o afasta de outros tipos de discurso, *'fala dentro da fala, enunciado dentro do enunciado'* (Volosinov, 1973: 115 *apud* WAUGH, 1995), discurso dentro do discurso.

Se o DR é um discurso dentro de discurso, isso significa que existem dois eventos de discurso em questão: um DADOR - o evento de discurso no qual o relato é feito (no caso da reportagem de notícias, é o artigo de notícias), e um DADO, o evento de discurso sobre o qual o relato é feito. No caso de um noticiário, o DADOR inclui o falante relatador (o repórter), o público como endereçado, o contexto sócio-cultural, espaço-temporal, no qual o relato está incluído (um jornal publicado em

determinada data, em um lugar específico, com todas as informações sócio-culturais pressupostas) e, mais importante, o enunciado relator. Este enunciado relator trata do DADO, incluindo o falante relatado (em geral identificado pelo sujeito do verbo na oração de enquadre¹), um endereçado relatado (em geral omitido), o contexto sócio-cultural, espaço-temporal (às vezes expresso abertamente, às vezes omitido, numa interface complexa de informação pressuposta e fornecida) e, naturalmente, o enunciado relatado (representado pelo enunciado relatado). Essa diferença entre o evento do discurso relator e o relatado é comum em todos os usos do DR.

O que não é comum a todos os usos do DR, diz Waugh, é o fato de que, no discurso jornalístico, o DR atesta a presença de um terceiro evento de discurso – o DORIG, do mundo real – e um terceiro enunciado, um enunciado original, do mundo real. Esse fato está em conformidade com o seu foco no mundo real, na referencialidade, na verdade etc. (e também caracteriza alguns outros gêneros discursivos, como o acadêmico e o legal). Em outras palavras, a interpretação de instâncias do DR requer a diferenciação dos três eventos de discurso: relator, relatado e de mundo real.

Em outras palavras, todos os casos em que a realidade do original não é negada explicitamente – são indexicais, na terminologia semiótica de Peirce (1893-1910). Isto é, no caso do jornalismo, o DR é um índice de um texto original, específico, realmente existente (fora do texto que o cita) que foi criado por alguma pessoa real num dado tempo e lugar reais, isto é, em um evento de discurso original e real.

A divisão principal do DR se faz entre o discurso direto (DD) vs discurso indireto (DI). Por convenção, o DD é interpretado pelo leitor como sendo uma réplica literal, autêntica e exata do que se falou originalmente, enquanto que o DI é interpretado como uma paráfrase. Essa divisão é categórica na ortografia e prototípica nos seus correlatos gramático-sintático-discursivos (com respeito ao comportamento dos termos dêiticos e a natureza sintática da oração do DR). O terceiro tipo de DR é o estilo indireto livre, um termo que abrange muitos tipos de DR, dos quais somente alguns ocorrem no jornalismo, segundo Waugh.

¹ Tradução para 'framing clause'.

Em termos semântico-pragmáticos, o DD é uma imagem icônica, isomórfica, uma réplica do enunciado original, enquanto que o DI é indeterminado em relação às substituições lexicais, condensação de conteúdo e processo inferenciais por que passou.

Waugh analisou o DR no jornal francês *Le Monde* em artigos de notícias – o tipo de discurso prototípico de jornais, segundo ela – mostrando que o DR desenvolveu uma natureza funcional própria, diferentemente da que ocorre na narrativa ficcional e da conversa. Em seu artigo, Waugh nota que há muito a ser pesquisado sobre as características do DR em outros gêneros discursivos.

2.6.3. A Política do 'Apito do Cão'

Coffin e O'Halloran (2006) tratam da 'política do apito do cão' (*dog-whistle politics*), termo cunhado recentemente para capturar a forma de Avaliatividade implícita. O som emitido por esse tipo de apito, devido a sua alta frequência, só pode ser ouvido por cães. Assim, a comunicação política usa significados aparentemente neutros, mas que devem ser 'entendidos' como uma mensagem negativa pela comunidade alvo (MANNING, 2004 *apud* COFFIN; O'HALLORAN, 2006). Isto pode ser observado no trecho a seguir, retirado de uma reportagem publicada no popular tabloide britânico *The Sun* em 1º de maio de 2004, o dia em que dez novos países se agregaram à Comunidade Europeia (CE).

e.g. Setenta e um LETONESES sorriam enquanto embarcavam num ônibus de dois andares, na capital Riga, para uma viagem de 24 horas para o ocidente.

Para explicar sistematicamente o efeito dessa forma implícita de avaliação e para evitar a hiper-interpretação, os autores sugerem a confrontação da referida reportagem com um mini-corpus e com um corpus. Pode-se verificar, então, que a avaliação direta de um fenômeno de um intra-texto prévio condiciona o leitor para uma avaliação indireta do mesmo fenômeno; o mesmo ocorre com a avaliação direta de fenômeno relacionado num inter-texto prévio. É o que se chama de logogênese, ou seja, a construção dinâmica do significado conforme o texto se desenvolve (HALLIDAY, 1992, 1993 e HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1999 *apud* COFFIN; O'HALLORAN, 2006).

Essa análise combinada fornece uma explicação empiricamente fundamentada e sistemática de como a reportagem de 1º. de maio parece posicionar os leitores do Sun para ver os novos cidadãos da CE como uma ameaça ao estilo de vida e sistema de seguro ingleses – apesar do fato de não haver palavras expressando diretamente tal ponto de vista. Assim, são frases que – se descontextualizadas – não carregam mensagem negativa ('estados da antiga URSS extremamente pobres', 'desesperados por trabalho decentemente remunerados', 'sorriam enquanto entravam no ônibus de dois andares').

2.6.4. O 'Contrabando' de Informação

O 'contrabando' de informação é um termo usado para a inserção subreptícia de uma informação negativa, por exemplo, nas declarações de uma testemunha. A questão é que - por força do *frame* associado a essa informação - uma rede ampla de associações prototipicamente relacionadas será desencadeada na mente do ouvinte (LUCHJENBROERS; ALDRIDGE, 2007). Tanto as metáforas quanto os *frames* envolvem mapeamentos conceituais para possibilitar a compreensão adicional ou alternativa, com as quais realizamos o processo de compreensão de uma informação em curso. Esses mapeamentos, feitos para melhor compreender as possíveis complexidades da informação em curso, podem também servir para introduzir aspectos positivos ou negativos das pessoas e dos eventos.

e.g. Não foi à toa que a expedição de Cabral permaneceu nas terras brasileiras apenas alguns dias, para tomar posse efetiva de uma porção de terras que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertencia aos portugueses.

(Fonte: editorial "O quinto centenário", publicado na Folha de S. Paulo em 22/04/2000)

Este é um trecho de um editorial que remava contra a maré de críticas ao governo brasileiro pelo pouco caso dedicado aos festejos dos 500 anos do Descobrimento. Tenta, em cada parágrafo, diminuir a importância da data de 22 de abril e faz isso mostrando que o 'descobrimento' não tem razão de ser, já que as terras já eram de Portugal. Esta informação ("que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertencia aos portugueses") é inserida subrepticamente. Mas esse fato é trazido para o texto

juntamente com uma informação verdadeira (a curta permanência de Cabral), insinuando-se como causa dessa permanência breve, mas não ligado diretamente ao tema do editorial.

A seguir, apresentamos a Teoria da Argumentação, de Toulmin (1958), que permite aquilatar a validade de uma reivindicação feita na argumentação.

2.7. O Modelo de Toulmin

A Teoria da Argumentação (TOULMIN, 1958) interessa à análise do discurso principalmente com respeito a dois conceitos, diz Lauerbach (2007): (a) o conceito de *falácia* ou raciocínio falho; (b) o conceito de *entimema*, ou premissa implícita de um argumento. Usando-se o *entimema*, a análise do discurso ganha um conceito e um procedimento sistemático para a reconstrução de um tipo específico de significado implícito, ou seja, a premissa não-expressa de um argumento. O *entimema* é um silogismo abreviado, um argumento incompleto ao qual a audiência provê inconscientemente a premissa que falta.

A premissa implícita, subjacente, é frequentemente expressa linguisticamente em forma condensada via conjunções de contraste, causalidade, condicionalidade, concessão, comparação ou graduação (e.g. *Ele é pobre, mas é limpinho.*). Esses silogismos abreviados baseiam-se em premissa avaliativa ('todo pobre é sujo'), que é pragmaticamente inferido pelos falantes como sendo um conhecimento, indiscutível, compartilhado entre eles.

O outro conceito promissor para a análise do discurso é o conceito de *falácia* ou raciocínio falho. É compreensível que analistas do discurso queiram encontrar na teoria da argumentação um procedimento de avaliação da aceitabilidade ou da insuficiência de argumentos em seus dados, bem como da reação imediata dos próprios participantes; esse procedimento se torna mais imprescindível porque, em textos monológicos e em alguns textos dialógicos da mídia, os analistas não têm acesso a essas reações. Mas, a questão do critério de avaliação é complexa na teoria da argumentação.

Segundo Toulmin (1958), numa argumentação, cada uma de suas categorias teóricas [de *Reivindicação*, *Dados*, *Garantia*, *Qualificação*, *Refutação* e *Apoio*] está potencialmente sujeita a desafios com respeito à sua validade. Premissas não-

expressas são reconstruídas na análise pelos passos dialógico-hipotéticos do esquema de argumentação proposto pelo autor. A Teoria da Argumentação permite aquilatar a validade de uma Reivindicação. Os passos do esquema acima possibilitam, ou até forçam, o analista a definir precisamente a Reivindicação feita e a descrever os Dados oferecidos como apoio para essa Reivindicação, se for explicar a estrutura de um argumento, além da licença para as inferências que garantem a conclusão.

Dados	Declaração
(porque) Garantia	

Fig. 1 - Modelo de argumento de Toulmin (1958)

Nesta versão simplificada do modelo desenvolvido por Toulmin, uma argumentação válida consiste no movimento dos Dados para uma Declaração (ou conclusão do argumento) por meio de Garantias – que “faz a ponte entre a reivindicação e os dados/evidência apresentados para tanto (FULKERSON 1996: 59. *apud* TOULMIN, 1958). Aplicado aos editoriais, nos termos da análise do modo textual, pode-se dizer que os fundamentos e as garantias, na base de sua verificabilidade, pertencem à ‘narrativa’ e/ou ‘descrição’, enquanto reivindicações são ‘argumento’.

Veja um exemplo do modelo de Toulmin aplicado a um editorial da Folha de São Paulo, com a Declaração sublinhada e os Dados entre parênteses (a questão aqui é verificar se os Dados têm Garantia suficiente):

(Depois do episódio Waldomiro Diniz, do escândalo do mensalão, dos dólares no baixo-ventre e da devassa na vida privada de um caseiro), é espantoso que petistas estejam envolvidos em mais um desmando gravíssimo.

A Garantia se baseia no fato de que estes episódios estão documentados. Portanto, a argumentação é válida.

Uma propriedade interessante da garantia no modelo de Toulmin é que ela é em geral implícita: contudo, funciona como pressuposição do argumento, e como tal tem um papel ideológico no discurso. Essa questão será examinada abaixo, com exemplos do corpus.

Portanto, o que fizemos até aqui foi a apresentação da teoria que embasará a análise a seguir: iniciamos com considerações gerais sobre texto e seus tipos, o gênero editorial; passando a tratar da metodologia indicada por analistas críticos da

linguagem, ou seja, a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), que abrange a noção de Avaliatividade e o *token* de Atitude - a avaliação implícita que percorre o texto. Tal noção dá margem a ampliações da metafunção interpessoal, da LSF, recursos retóricos que foram sugeridas o decorrer do tempo, dos quais selecionamos: as vozes do texto, a intersubjetividade, a política do 'apito do cão' e o 'contrabando' de informação.

3. METODOLOGIA

3.1. Dados

Três editoriais publicados no jornal Folha de São Paulo, acompanhando os dias que antecederam as eleições presidenciais de 2010. Os títulos e datas são os seguintes:

DATA	TITULO
14/08	Dilma avança
19/08	Pai e mãe
14/09	Arrogância de sempre

Foram selecionados editoriais que tivessem como tema a candidatura de Dilma Rousseff, devido à sua relevância social e política.

3.2. Procedimentos de análise

A análise incidirá, em termos gerais, na verificação dos 4 itens referidos no Quadro 12, e não necessariamente na ordem referida abaixo e, assim:

1. assinalará no texto os modos textuais [*narrativo - descritivo - argumentativo*] bem como o tipo de fusão [*linear - escalada*];
2. apontará os papéis interacionais projetados [*nomeação - atribuição*] e a avaliação [*Afeto - Apreciação - Julgamento*] (explícita ou implícita) que percorre o texto;
3. apontará as funções da argumentação [PREVISÃO - HIPÓTESE - DECLARAÇÃO], examinando o apoio dado pelos recursos retóricos [*intersubjetividade - vozes - 'apito do cão' - 'contrabando' de informação*];
4. finalmente, avaliará a validade dos argumentos.

Resumo das Categorias de Análise	
1. Modos representacionais	(a) Análise da estrutura textual
	Modos textuais: <i>narrativo - descritivo - argumentativo</i> Fusão <i>linear e escalada</i>
2. LSF	(b) Análise pela LSF Função pessoal: <i>Avaliatividade</i> Função interacional: <i>papéis e modalidade</i>
	(c) Análise dos recursos retóricos <i>Vozes [relatador, relatado, documento original] - intersubjetividade - 'apito do cão' - 'contrabando' de informação</i>
3. Argumentação	(d) Funções do argumento HIPÓTESE - PREVISÃO – DECLARAÇÃO
	(d) Validação dos argumentos A Teoria de Toulmin - Verificação de falácias e entimemas.

Quadro 12 - As categorias de análise

Código para a assinalação dos modos textuais
<p><i>Narração: itálico</i></p> <p><u>Descrição: sublinhado</u></p> <p>Argumentação: negrito</p> <p>(Fusão escalada terá a sobreposição desses)</p> <p>Funções do ARGUMENTO: [nos colchetes em maiúscula]</p>

4. ANÁLISE DOS DADOS

Apresentamos a seguir a análise detalhada dos três editoriais referidos nos Dados.

4.1. Análise do editorial "Dilma avança"

Iniciamos a análise examinando o editorial intitulado 'Dilma Avança', publicado no jornal Folha de S. Paulo em 14 de agosto de 2010.

TEXTO NA ÍNTEGRA

DILMA AVANÇA

PESQUISA DATAFOLHA MOSTRA QUE ESTRATÉGIA ELEITORAL DE LULA OBTÉM RESULTADO E PODE LEVAR A CANDIDATA PETISTA A VENCER NO PRIMEIRO TURNO

Pesquisa **Datafolha** publicada hoje mostra que Dilma Rousseff abriu considerável vantagem sobre o tucano José Serra. A petista chega às vésperas do início do horário eleitoral gratuito oito pontos percentuais à frente de seu maior rival. Considerando apenas os votos úteis, Dilma estaria hoje a três pontos de uma conquista no primeiro turno.

Embora o período mais acalorado da campanha esteja por começar, os números traduzem o êxito da estratégia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujos índices de popularidade vão se transferindo para sua preferida. A inédita aprovação presidencial ao fim do mandato chega a atrair simpatias - ou pelo menos evitar ataques - de nomes da oposição.

Questionado no "Jornal Nacional" sobre o ameno tratamento dispensado a Lula, o ex-governador paulista, em nova tentativa de desvincular criador e criatura, justificou-se dizendo que o presidente da República não é candidato.

É verdade, mas tem sido um incansável cabo eleitoral, a projetar nacionalmente a imagem de Dilma e sua identificação com ela. Repetindo um de seus bordões favoritos, o da metáfora da nação como família, Lula insiste em fazer de Dilma a "mãe" do crescimento econômico e do Brasil - cabendo a ele próprio, num eco populista, o papel de pai.

Não por acaso, a ascensão da petista se associa ao aumento do número de eleitores que tomam conhecimento de sua proximidade com o presidente. Ser a candidata oficial não significa apenas receber o apoio de um governante com boa avaliação e reconhecida capacidade de comunicação popular. Beneficia-se também do peso da máquina governamental e do arco de alianças fisiológicas construído pelo Planalto nos últimos anos.

Por sua vez, a campanha de Serra está longe ser uma obra político-eleitoral admirável. Em meio a ambiguidades e hesitações, tucanos e democratas se desentendem e têm dificuldades em aparecer para o eleitor como desejável alternativa ao lulismo.

Os conflitos internos já se manifestavam anteriormente no próprio âmbito do PSDB, entre Serra e Aécio Neves, que nutria esperanças de ser o candidato à Presidência. A derrota para o paulista não gerou apenas mal-estar em alguns setores da oposição. Também repercutiu de maneira negativa na campanha estadual. Na expectativa de participar da corrida presidencial, o ex-governador mineiro demorou a promover o candidato Antonio Anastasia. Não conseguiu, até aqui, fazer com seu vice o que Lula fez com Dilma.

Se o quadro em Minas não evoluir de modo mais favorável ao PSDB, aumentam as chances de a candidatura petista aproximar-se de uma vitória no primeiro turno. Dilma continua crescendo no Nordeste e no Rio, Estado no qual Serra vai de mal a pior, em que pese o vice carioca de sua chapa - o intrépido deputado Índio da Costa.

Embora seja um candidato mais preparado e experiente, o tucano esbarra em problemas de imagem e em alianças que, além de fracas e desgastadas, não parecem ser as de sua predileção. Num momento em que aumenta a sensação de bem-estar provocada pelos bons ventos econômicos, o poder de inércia do continuísmo parece difícil de ser contido.

Título e Lide

DILMA AVANÇA

PESQUISA DATAFOLHA MOSTRA QUE ESTRATÉGIA ELEITORAL DE LULA OBTÉM RESULTADO

**E PODE LEVAR A CANDIDATA PETISTA A VENCER NO PRIMEIRO TURNO
[PREVISÃO]**

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O lide inicia-se com uma descrição (sublinhada) da informação do Datafolha, em cuja voz se apoia para dar veracidade ao argumento (em negrito) em sua função de PREVISÃO na segunda parte do texto. O título resume bem o conteúdo do editorial.

(b) Análise pela LSF:

Papel de nomeação: 'candidata'. Há um tom heteroglóstico com modalização epistêmica em 'pode levar', uma PREVISÃO, função do argumento.

(c) Análise dos recursos retóricos:

Apoio na voz do Datafolha, além de um 'contrabando' de informação em "estratégia" eleitoral de Lula.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

A argumentação aparece ainda na função de PREVISÃO, e além disso, baseada em pesquisa.

1º. Parágrafo

Pesquisa Datafolha publicada hoje mostra que *Dilma Rousseff abriu [considerável] vantagem*
[Apreciação positiva]

sobre o tucano José Serra. A petista chega às vésperas do início do horário eleitoral gratuito
oito pontos percentuais à frente de seu maior rival. **Considerando apenas os votos úteis,**
[HIPÓTESE]

Dilma estaria hoje a três pontos de uma conquista no primeiro turno.

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O parágrafo inicia-se com uma fusão linear de descrição (sublinhada) de dados apurados pelo Datafolha seguida de narração (itálico), modos textuais que emprestam veracidade ao discurso. Finaliza com uma fusão escalada [argumento apoiado em descrição] (negrito + sublinhado), tecendo uma HIPÓTESE, uma das funções do argumento.

(b) Análise pela LSF:

'Considerável' (Avaliatividade de Apreciação positiva)

Papel projetado de nomeação para Serra: 'tucano', envolvendo o partido a que pertence o candidato.

(c) Análise dos recursos retóricos:

A descrição se faz com apoio na voz do Datafolha.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

Inicia-se uma HIPÓTESE, função da argumentação, ainda dependente de descrição verificável.

2º. Parágrafo

Embora o período mais [acalorado] da campanha esteja por começar, os números traduzem
Apreciação negativa

o êxito da estratégia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujos índices de popularidade vão
se transferindo para sua [preferida]. A [inédita] aprovação presidencial ao fim do mandato
Julgamento negativo (token) Apreciação positiva

chega a atrair simpatias - ou pelo menos evitar ataques - de nomes da oposição.
[DECLARAÇÃO]

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O parágrafo inicia-se com uma fusão de narrativa + descrição, preparando terreno para finalizar com o argumento em sua função de DECLARAÇÃO. Notemos a diferença entre a argumentação ainda fundada em PREVISÃO e HIPÓTESE, anteriores, para a DECLARAÇÃO atual, embora atenuada por 'chega a' e 'pelo menos'.

(b) Análise pela LSF:

Avaliatividade: Apreciação negativa 'acalorado' e positiva 'inédita'. O Julgamento de 'preferida'

para a candidata é um *token* de Atitude, na medida em que pode camuflar um Julgamento negativo da preferência do presidente por parte do Jornal.

Nomeação de 'presidente' para Lula.

(c) Análise dos recursos retóricos:

Continua o apoio na voz do Datafolha. Há a ocorrência de um 'contrabando' de informação em 'preferida', um *token* de Atitude, com a inserção subreptícia de avaliação negativa. O *token* de Atitude refere-se a significados aparentemente 'factuais', experienciais, que podem ser "saturados" em termos interpessoais -, e que têm a capacidade de evocar no leitor respostas avaliativas, dependendo da sua posição de leitura social/cultural/ideológica.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

A argumentação é ainda tímida, constando de DECLARAÇÃO atenuada.

3º. Parágrafo

Questionado no "Jornal Nacional" sobre o [ameno] tratamento dispensado a Lula,
Apreciação negativa (*token*)

o ex-governador paulista, em [nova] tentativa de desvincular [criador e criatura],
Apreciação negativa (*token*) 'contrabando' de informação

justificou-se dizendo que o presidente da República não é candidato.
[DECLARAÇÃO]

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O parágrafo é uma fusão linear, envolvendo narração do que aconteceu no "Jornal Nacional", descrição do tratamento, argumento [na função de DECLARAÇÃO], terminando com a descrição das palavras do ex-governador.

(b) Análise pela LSF:

Avaliatividade: apreciação negativa (*token* de Atitude) em 'ameno' dada pelo "Jornal Nacional". Em 'nova', que poderia ser avaliado positivamente, vemos surgir uma Apreciação negativa (*token* de Atitude) em virtude da avaliação cumulativa ou logogênese - a construção dinâmica do significado conforme o texto se desenvolve, que depende do dialogismo, fenômeno pelo qual os textos e os enunciados são moldados por textos anteriores aos quais eles 'respondem' e são (moldados) por textos subsequentes que eles 'antecipam'.

Nomeação: 'Lula', 'ex-governador', 'presidente da República'.

(c) Análise dos recursos retóricos:

O intersubjetivismo e a logogênese, que, aos poucos, com apoio no intertexto prévio, ou *frame*, iniciam o posicionamento do Jornal - através de seu editorial - em relação à candidatura de Dilma. 'Criador e criatura' remete a histórias em que um ser é criado por outro sendo, no entanto, falho (Frankenstein, Pinóquio, o homem – criado por Deus) e inferior ao seu criador. Por causa desta associação podemos considerar 'criador e criatura' como 'contrabando' de informação.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

A argumentação - desfavorável ao apoio de Lula à candidata Dilma - ainda depende do apoio em intertexto prévio, dado por 'nova tentativa', ou seja, na DECLARAÇÃO passada na voz do ex-governador.

4º. Parágrafo

É verdade, mas tem sido um [incansável] cabo eleitoral, a projetar nacionalmente a
[DECLARAÇÃO] Apreciação negativa (*token*)

imagem de Dilma e sua identificação com ela. Repetindo um de seus bordões [favoritos],
Apreciação negativa (*token*)

o da metáfora da nação como família, Lula insiste em fazer de Dilma a "mãe" do crescimento econômico e do Brasil - cabendo a ele próprio, num eco [populista], o papel de pai.
Apreciação negativa

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O 4º. parágrafo inicia-se diretamente com um argumento [DECLARAÇÃO] fundido escalarmente com narração. Para apoiar essa DECLARAÇÃO, segue-se trecho em fusão linear entre descrição e narração, em que a voz de Lula se mistura com a voz do editorial, incluindo posicionamento do jornal [DECLARAÇÃO]: 'favoritos' e 'populista'.

(b) Análise pela LSF:

Avaliatividade: Apreciação negativa (*tokens* de Atitude: 'incansável' e 'favoritos') e Apreciação negativa explícita ('populista').

Nomeação: 'mãe' para Dilma e 'pai' para Lula.

(c) Análise dos recursos retóricos:

Apoio na fala passada de Lula, pontilhada com o posicionamento de avaliação negativa do editorial. Vejo na nomeação de 'mãe' e 'pai', o fenômeno do 'apito do cão', que, sem recorrer a

termos de avaliação propriamente ditos, insere avaliação negativa: proteção do poderoso em função da continuidade via protegida.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

Argumentação cuidadosamente protegida por palavras do próprio personagem enfocado.

5º. Parágrafo

Não por acaso, a ascensão da petista se associa ao aumento do número de eleitores que
[DECLARAÇÃO = função do argumento]

tomam conhecimento de sua proximidade com o presidente. Ser a candidata oficial não
significa apenas receber o apoio de um governante com [boa] avaliação e [reconhecida]
Apreciações positivas

capacidade de comunicação popular. Beneficia-se também do [peso] da máquina
Avaliação negativa (*token*)

governamental e do arco de alianças [fisiológicas] construído pelo Planalto nos últimos
Apreciação negativa
anos.

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

Notemos a mudança de tom do editorial, agora mais longo no modo textual argumento, em fusão escalada com a narração e com a descrição, anteriormente exposta sobre documentos como os do Datafolha e do "Jornal Nacional", que emprestam veracidade ao próprio argumento.

(b) Análise pela LSF:

Avaliatividade negativa explícita e *token* de Atitude.

Nomeação: 'candidata oficial' e 'petista'.

(c) Análise dos recursos retóricos:

O argumento vale-se de intertexto prévio, tanto do co-texto, quanto do *frame* trazido pelo leitor em sua interação ativa com o texto.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

A seguinte DECLARAÇÃO apoia-se em dados corretos, fartamente divulgados por pesquisas:

"A ascensão da petista aumenta à medida que aumenta o número de eleitores que tomam conhecimento de sua proximidade com o presidente."

MAS,

o paulista não gerou apenas mal-estar em alguns setores da oposição. Também repercutiu de maneira [negativa] na campanha estadual. Na expectativa de participar da corrida
Apreciação negativa

presidencial, o ex-governador mineiro [demorou] a promover o candidato Antonio Anastasia.
Julgamento negativo (token)

[Não conseguiu], até aqui, fazer com seu vice o que Lula fez com Dilma.
Julgamento negativo (token)

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

Modo textual narrativo em fusão linear com descrição sobre fatos conhecidos pelo público.

(b) Análise pela LSF:

Avaliatividade: Apreciação negativa da derrota de Aécio por Serra na candidatura à Presidência. Há também julgamento negativo implícito das atitudes de Aécio Neves.

(c) Análise dos recursos retóricos:

Apoio em intertexto, em que o intersubjetivismo explica o fato de o presente texto ser moldado por anteriores e, ao mesmo tempo, antecipa o que o leitor julgará aceitável.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

Aqui se poderia falar em crypto-argumentação, a argumentação camuflada que subjaz à narrativa. Há várias escolhas específicas nas declarações do editorial que sugerem o posicionamento do jornal, mas que se desdobram no decorrer de uma narrativa.

8º. Parágrafo

Se o quadro em Minas não evoluir de modo mais [favorável] ao PSDB, aumentam as
[HIPÓTESE] Apreciação positiva

chances de a candidatura petista aproximar-se de uma vitória no primeiro turno. Dilma

continua crescendo no Nordeste e no Rio, Estado no qual Serra vai [de mal a pior], em que pese
Apreciação negativa

o vice carioca de sua chapa - o [intrépido] deputado Índio da Costa.
Julgamento negativo (token)

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O parágrafo inicia-se com argumento - na função de HIPÓTESE ameaçadora. Segue-se uma fusão entre narração (positiva para Dilma) e descrição (situação negativa de Serra) com o argumento negativo sobre o seu vice.

(b) Análise pela LSF:

Avaliatividade: As avaliações são positivas para Dilma e negativas para Serra.

Nomeações: 'Dilma', 'Serra', 'deputado Índio da Costa'.

(c) Análise dos recursos retóricos:

Aproximando-se do fim do editorial, não há mais o cuidado nas avaliações, antes implícitas através de *tokens* de Atitude e outros recursos persuasivos como as vozes do intertexto, o 'apito do cão' ou o contrabando de informações. O solo bem cultivado através de narrativas e descrições, apoiadas em fatos do conhecimento geral do leitor da Folha, permitem ao editorial maior liberdade em suas declarações.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

A HIPÓTESE pode não ter aceitação geral, podendo ser imputada à opinião particular do Jornal.

A avaliação com *token* de Atitude negativa para o vice de Serra também pode não ter dados de validação.

9º. Parágrafo

Embora seja um candidato mais [preparado] e [experiente], o tucano esbarra em problemas de
Apreciação positiva

imagem e em alianças que, além de [fracas] e [desgastadas], não parecem ser as de sua
Apreciações negativas

predileção. Num momento em que aumenta a sensação de bem-estar provocada pelos

bons ventos econômicos, o poder de [inércia do continuísmo] parece difícil de ser contido.
Apreciação positiva Apreciação negativa

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O editorial termina com fusão linear dos três modos representacionais (narração + descrição + argumento [DECLARAÇÃO]).

(b) Análise pela LSF:

Neste parágrafo, fica patente, através de Apreciações negativas, a frustração do jornal diante da candidatura fraca de Serra frente à de Dilma, assentada sobre os 'bons ventos econômicos', de Apreciação positiva, mas que acarreta a 'inércia do continuísmo', de Apreciação negativa.

(c) Análise dos recursos retóricos:

A força do intertexto prévio justifica as colocações do editorial.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

'Inércia do continuísmo' é uma DECLARAÇÃO do Jornal, que pode não ser aceita por todos, já que existe também o dito popular de que 'em time que vence, não se mexe'.

4.1.1. Discussão dos resultados de "Dilma Avança"

O editorial "Dilma Avança" inicia-se com várias fusões entre descrição e narração, que dão veracidade aos fatos citados, apoiando-se em dados concretos do Datafolha e com argumento em função de PREVISÃO ou HIPÓTESE. Mesmo quando apresenta um argumento com função de DECLARAÇÃO, este é atenuado por modalizações, como acontece no 2º parágrafo. Somente a partir do 4º parágrafo acontecem declarações diretas, embora já preparadas por preparo de terreno anterior.

As avaliações são de Apreciação positiva no início, mas aos poucos resvalam para o negativo, em geral em forma de *tokens* de Atitude, ou seja, o conteúdo aparentemente de natureza ideacional, mas com nuances interpessoais, avaliativas. Essa Avaliatividade implícita ocorre com maior frequência nos parágrafos iniciais, construídas por fusões de narrativa e descrição, com apoio no intertexto, com vozes que proporcionam validade às declarações.

As funções do argumento - HIPÓTESE, PREVISÃO e DECLARAÇÃO - apoiam-se em contrabandos de informação, ou seja, a avaliação negativa subrepticamente inserida no texto, além do recurso do apito de cão, em que termos 'neutros', aparentemente positivos podem soar negativos para o leitor já exposto a certos posicionamentos do Jornal.

Os papéis de nomeação são os que cabem aos nomeados, com algum resquício de avaliação negativa, talvez, em 'candidata oficial' e 'petista', no contexto em que se apresentam, ou seja, naquele em que se percebe o posicionamento não favorável da FSP em relação à candidatura de Dilma.

A argumentação, como vimos, inicia-se na forma de PREVISÃO ou HIPÓTESE, modalizadas, mas mais para o final, a própria HIPÓTESE assume um tom de ameaça, além de uma tentativa de persuasão calcada em raciocínio falho no 5º parágrafo.

Em resumo, as teorias que nos orientaram na análise mostraram-se válidas para captar a persuasão que percorre o editorial analisado. De fato, há uma crypto-argumentação, ou seja, o argumento amparado por fusões de narrativas e descrições - que garantem a veracidade das declarações no argumento, mas há também vários recursos de avaliação indireta, que recorrem ao conhecimento de mundo do leitor, bem como de sua exposição a certos posicionamentos do Jornal.

4.2. Análise do editorial "Pai e mãe"

Examinamos a seguir o editorial intitulado "Pai e mãe", publicado no jornal Folha de S. Paulo em 19 de agosto de 2010.

TEXTO NA ÍNTEGRA

PAI E MÃE

ESTRATÉGIA GOVERNISTA DE TRATAR POLÍTICA COMO VIDA FAMILIAR NÃO É REPUBLICANA E AJUDA A ENCOBRIR CANDIDATA QUE NINGUÉM CONHECE

"O Brasil amadureceu. Não precisa ser uma sociedade infantilizada. Querem infantilizar os brasileiros com essa história de pai e mãe", disse a candidata Marina Silva no debate **Folha/UOL**, que reuniu ontem os três candidatos à Presidência mais bem colocados nas pesquisas eleitorais.

Um discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Pernambuco oferecera, na véspera, mais um exemplo daquilo que a postulante do PV, com acerto, criticava. "A palavra não é governar", anunciou, ao repisar o tema. "A palavra é cuidar. Eu quero ganhar as eleições para cuidar do meu povo como uma mãe cuida do seu filho."

Em ato falho, a frase condensa o presidente e a candidatura por ele inventada. Dilma Rousseff "c'est moi", admite afinal o petista. "Mãe" e "pai" dos brasileiros se fundem na mesma figura mistificadora. A declaração revela mais do que o entendimento de Lula sobre o processo sucessório. A apresentação da política em termos característicos das relações privadas e familiares termina por desvirtuá-la, ao negar o caráter igualitário da esfera pública.

O princípio de igualdade entre os cidadãos deve valer também para seus dirigentes, escolhidos pelo voto. Não pode haver relação hierárquica, do ponto de vista político, entre o mandatário de turno e o conjunto de eleitores. Compete a todos obedecer apenas às leis.

A figura paterna, ao contrário, pressupõe uma relação de superioridade com os filhos. Os laços cordiais, de afeto e de "cuidado" contidos na imagem proposta por Lula mal disfarçam a herança patrimonial e autoritária da política brasileira. A metáfora ecoa a tutela populista exercida sobre as massas recém chegadas à cidade em meados do século passado. Contradiz os princípios im pessoais republicanos. Faz pouco do cidadão -que não precisa de atenções paternais ou maternais, mas de respeito a seus direitos.

O discurso retrógrado e conservador serve muito bem às circunstâncias fabricadas por Lula. Induz a uma avaliação da candidatura de Dilma por critérios outros que não os da vida pública.

Nesse terreno a postulante governista é um enigma. É provável, como querem os petistas, que não lhe falte competência gerencial. Não se sabe, no entanto, como se comportará na eventualidade de ser eleita para ocupar o mais alto posto da República.

Mesmo Jânio Quadros e Fernando Collor, que chegaram ao poder máximo de forma fulminante, haviam sido antes prefeitos, governadores e parlamentares. A ex-ministra da Casa Civil jamais disputou eleição, não exerceu nenhum mandato, nunca foi submetida ao escrutínio público. Até Lula admite tê-la conhecido há apenas oito anos. Em caso de vitória, excetuados os presidentes da ditadura militar, ninguém como ela terá chegado ao ápice sendo tão pouco conhecido e testado.

São fragilidades como essa - alarmante, quando estamos na iminência de uma campanha sumária de estilo consagratório - que a xaropada sentimental dos publicitários procura ocultar. Cumpre à imprensa independente, às associações da sociedade civil que procuram influenciar o processo eleitoral e a cada cidadão levantar o véu da fantasia.

Título e Lide
<p>PAI E MÃE</p> <p><u>ESTRATÉGIA GOVERNISTA DE TRATAR POLÍTICA COMO VIDA FAMILIAR NÃO É REPUBLICANA E AJUDA A [ENCOBRIR CANDIDATA QUE NINGUÉM CONHECE] [DECLARAÇÃO]</u> Avaliação negativa (<i>token</i> de Atitude)</p>
<p>Comentário</p> <p>(a) Análise da estrutura textual: O lide inicia-se com uma fusão linear de descrição e argumento.</p> <p>(b) Análise pela LSF: Apreciação negativa implícita (<i>token</i>): ‘encobrir candidata que ninguém conhece’. A avaliação de Dilma como não confiável começa a ser construída já desde o início do texto, uma vez que a necessidade de ‘encobrir’ remete a algo proibido, ilegal ou condenável. O fato da estratégia de Lula não ser ‘republicana’ a coloca em um campo oposto e não desejável (do qual fazem parte também a comparação de Lula e Dilma com ‘pai e mãe’ e ‘tratar a política como vida familiar’). Pode ser considerada como Apreciação negativa implícita. Papel de nomeação: ‘candidata’.</p> <p>(c) Análise dos recursos retóricos: Vemos um ‘contrabando’ de informação em ‘candidata que ninguém conhece’, já que esses dizeres desencadeiam no leitor o fato de que Dilma nunca exerceu cargo executivo e é, portanto, inexperiente.</p> <p>(d) Aplicação da Teoria de Toulmin: A função DECLARAÇÃO do argumento é apresentada em fusão com a descrição, que é utilizada para contextualizar o argumento.</p>
1º. Parágrafo
<p>"O Brasil [amadureceu]. Não precisa ser uma sociedade [infantilizada]. Querem infantilizar os brasileiros com essa história de pai e mãe", disse a candidata Marina Silva no debate [DECLARAÇÃO] Apreciação positiva Apreciação negativa</p> <p><u>Folha/UOL, que reuniu ontem os três candidatos à Presidência mais bem colocados nas pesquisas eleitorais.</u></p>

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

Em uma fusão linear dos 3 modos representacionais, o editorial reproduz uma fala da candidata Marina Silva, em forma de argumento (negrito). Há narração (itálico) e descrição (sublinhado) para informar em que situação esta fala foi produzida, ao mesmo tempo em que apoia o argumento.

(b) Análise pela LSF:

Apreciação positiva explícita: 'amadureceu', portanto em oposição à sua infantilização com 'essa história de pai e mãe', promovida por Lula.

(c) Análise dos recursos retóricos:

O editorial apoia-se na voz de Marina, candidata bem colocada na opinião pública, para preparar o terreno para a crítica em relação à candidatura oficial. Como a referência a 'pai e mãe' já está avaliada negativamente, há aqui um 'contrabando' de informação, que desencadeia no leitor a imagem de um país infantilizado. A crítica à postura de Lula não está explícita, mas está presente, uma vez que, através da logogênese, o editorial vai construindo duas situações opostas: uma desejável (republicana, defendida pela candidata Marina Silva) e outra indesejável (que trata a política como vida familiar, que coloca Lula e Dilma como pai e mãe, que infantiliza a sociedade).

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

O argumento se apresenta apoiado em voz relatada, de Marina.

2º. Parágrafo

Um discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Pernambuco oferecera, na véspera,

*mais um exemplo daquilo **que a postulante do PV, [com acerto], criticava.** "A palavra*
Julgamento positivo

não é governar", *anunciou, ao [repisar] o tema.* "A palavra é cuidar. Eu quero ganhar
[DECLARAÇÃO] Graduação forte

as eleições para cuidar do meu povo como uma mãe cuida do seu filho."
[DECLARAÇÃO]

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O 2º parágrafo apresenta os 3 modos representacionais (narração, em itálico; descrição, sublinhada; e argumento, em negrito), tanto em fusão linear quando em fusão escalada (negrito

+ itálico). A narração situa o leitor com relação ao discurso relatado que aparece no final deste parágrafo e funde-se com o argumento, que expressa a opinião do Jornal e reproduz o discurso de Lula. A descrição (sublinhada) é usada para esclarecer o conteúdo da DECLARAÇÃO.

(b) Análise pela LSF:

Nomeação: 'presidente Luiz Inácio Lula da Silva' e 'postulante do PV', que serve para introduzir as vozes oponentes em relação à candidatura de Dilma.

Julgamento positivo explícito: 'com acerto'.

'Repisar': Graduação forte. O verbo escolhido remete à ideia de insistência desagradável.

(c) Análise dos recursos retóricos:

'A palavra não é governar' e 'A palavra é cuidar. Eu quero (...) como uma mãe cuida do seu filho': evento de discurso relatado em que o editorial se apoia na voz de Marina e confirma que a crítica feita por Marina Silva (no parágrafo anterior) referia-se ao presidente Lula.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

A DECLARAÇÃO apresentada no lide ('Estratégia governista de tratar política como vida familiar não é republicana e ajuda a encobrir candidata que ninguém conhece') continua apoiada apenas na voz relatada de Marina.

3º. Parágrafo

Em [ato falho], a frase condensa o presidente e a candidatura por ele [inventada]. Dilma

Julgamento negativo (*token*)

Apreciação negativa (*token*)

Rousseff "c'est moi", [admite] [afinal] o petista. "Mãe" e "pai" dos brasileiros se fundem

Julgamento negativo (*token*) - Graduação forte

[DECLARAÇÃO]

na mesma figura [mistificadora]. A declaração revela mais do que o entendimento de

Apreciação negativa (*token*)

[DECLARAÇÃO]

Lula sobre o processo sucessório. A apresentação da política em termos característicos

[DECLARAÇÃO]

das relações privadas e familiares termina por desvirtuá-la, ao negar o caráter igualitário

[DECLARAÇÃO]

da esfera pública.

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O 3º parágrafo é constituído por argumentos e uma narração.

(b) Análise pela LSF:

'Ato falho' (*token* de Julgamento negativo) e 'afinal' (gradação forte) remetem à ideia de que Lula queria esconder sua intenção, como se sua atitude fosse proibida, condenável.

'Mistificadora' (*token* de Apreciação negativa), juntamente com 'inventada' (*token* de Apreciação negativa) compõem a ideia de não verdade.

Nomeação: usa-se 'candidatura por ele inventada' no lugar de 'Dilma', reforçando, assim, a ideia de fragilidade da candidatura.

(c) Análise dos recursos retóricos:

'Admite': remete ao discurso relatado no parágrafo anterior e reforça a ideia de que Lula desejava esconder sua intenção.

Através da logogênese é complementada a avaliação negativa das atitudes de Lula e da candidatura de Dilma.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

A argumentação apresentada neste parágrafo através de DECLARAÇÕES monoglóssicas apoia-se nas próprias palavras de Lula, e, portanto, em dados verificáveis.

4º. Parágrafo

O princípio de igualdade entre os cidadãos [deve] valer também para seus dirigentes,
[DECLARAÇÃO] modulação de obrigação

escolhidos pelo voto. [Não pode] haver relação hierárquica, do ponto de vista político,
[modulação de obrigação] [DECLARAÇÃO]

entre o mandatário de turno e o conjunto de eleitores. Compete a todos obedecer apenas
[DECLARAÇÃO]
às leis.

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O 4º parágrafo é composto por argumentos.

(b) Análise pela LSF:

O editorial adota aqui um tom monoglóssico, apoiado em modulação de obrigação.

(c) Análise dos recursos retóricos:

O editorial cita vozes relacionadas ao discurso original (WAUGH, 1995) - voto ou leis, por exemplo -, fatores amplamente acordados na sociedade, presentes no intertexto e que desencadeiam as informações que os leitores trazem na sua interação com o texto.

Através da logogênese e apoiado no *frame* dos leitores, o Jornal reforça sua crítica a Lula e à candidatura de Dilma, anteriormente ligados à instância familiar, onde não reina o princípio de igualdade.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

O parágrafo é composto por declarações categóricas, em tom monoglóssico, apoiadas no conceito de voto bem como em leis que regem o País, que garantem as DECLARAÇÕES do editorial. Nota-se, assim, que o argumento, em sua função de DECLARAÇÃO, começa a se tornar independente de descrições e narrações. .

5º. Parágrafo

A figura paterna, ao contrário, pressupõe uma relação de superioridade com os filhos. Os
[DECLARAÇÃO]

laços cordiais, de afeto e de "cuidado" contidos na imagem proposta por Lula [mal
[DECLARAÇÃO] Apreciação

disfarçam] a **herança patrimonial e autoritária**] da política brasileira. A metáfora ecoa a
negativa Apreciação negativa

tutela populista exercida sobre as massas recém chegadas à cidade em meados do [século
Apreciação negativa

passado]. **Contradiz os princípios impessoais republicanos. [Faz pouco] do cidadão - que**
(*token*) Julgamento negativo

não precisa de atenções paternas ou maternas, mas de respeito a seus direitos.

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

Há fusão escalada entre DECLARAÇÃO e descrição, este último com a finalidade de trazer as ideias propaladas por Lula e condenadas pelo editorial através de DECLARAÇÕES, incluindo uma descrição de situações do século passado.

(b) Análise pela LSF:

'Mal disfarçam': remete novamente à ideia de 'ato falho', mostrando a diferença que vai entre as palavras (mundo textual) e o real sentimento de Lula. O que fica claro através de uma série de Apreciações (que Coffin e O'Halloran chamam de Apreciação social) negativas é a intenção do jornal de ligar Lula a crenças retrógradas. Esse fato fica evidente já no início do parágrafo com 'ao contrário', que opõe o progresso e a modernidade da sociedade brasileira aos ditames de Lula.

(c) Análise dos recursos retóricos:

Em meio à descrição, encontramos um ‘contrabando’ de informação (‘século passado’), em mais uma tentativa de relacionar Lula a crenças retrógradas. Mesmo as declarações sobre ‘afeto’ e ‘cuidado’ e questões relacionadas à ‘paternidade’ são isentas de Avaliatividade negativa, mas para o leitor ativo elas carregam valor negativo, podendo ser vistas, dessa forma, como ‘apito do cão’.

O argumento vale-se de intertexto prévio, do *frame* trazido pelo leitor em sua interação ativa com o texto, ao falar em ‘figura paterna’, ‘tutela populista’, ‘meados do século passado’ e ‘princípios impessoais republicanos’. Servem assim de apoio à crítica de Lula.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

O argumento surge na figura de DECLARAÇÕES escaladas com a descrição de DADOS, fortemente apoiados nas crenças presentes no *frame* que o leitor traz para o texto.

Este parágrafo, juntamente com o anterior, oferece dados para apoiar a declaração presente no lide ‘Estratégia governista de tratar política como vida familiar não é republicana’.

6º. Parágrafo

O discurso [retrógrado e conservador] serve muito bem às circunstâncias [fabricadas]

Apreciação negativa

Julgamento negativo

por Lula. Induz a uma avaliação da candidatura de Dilma por critérios [outros que não os

[DECLARAÇÃO]

Apreciação

da vida pública].

negativa (*token*)

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O 6º parágrafo é todo composto por argumentos.

(b) Análise pela LSF:

O parágrafo apresenta Avaliações negativas voltadas para Lula e sua ‘estratégia’. ‘Retrógrado’ e ‘conservador’ constituem Apreciação negativa. Em ‘fabricadas’ temos um Julgamento negativo de Lula.

(c) Análise dos recursos retóricos:

O fenômeno da logogênese possibilita duas avaliações negativas.

‘Fabricadas’ pode ser considerado ‘contrabando’ de informação uma vez que, juntamente com ‘inventada’ e ‘mistificadora’ (3º parágrafo), remete à candidatura de Dilma como algo falso, forçado.

E 'outros que não os da vida pública' tem função avaliativa graças ao fenômeno da logogênese, que permite que o leitor conheça quais 'critérios outros' são supostamente utilizados para avaliar a candidatura de Dilma.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

O editorial adota uma postura monoglóssica, com argumento em sua função de DECLARAÇÃO, com avaliações sem modalizações. Assim, "O discurso retrógrado e conservador serve muito bem às circunstâncias fabricadas por Lula." é uma avaliação do editorial, com a qual nem todos podem concordar, o que fragiliza a declaração. E essa declaração dá apoio a "Induz a uma avaliação da candidatura de Dilma por critérios outros que não os da vida pública", que, por sua vez, pode não se sustentar já que apoiada em declaração fragilizada.

7º. Parágrafo

Nesse terreno a postulante governista é um [enigma]. É provável, *como querem os*
[DECLARAÇÃO] *Apreciação negativa*
petistas, que não lhe falte competência gerencial. Não se sabe, no entanto, como se
[PREVISÃO]
comportará na eventualidade de ser eleita para ocupar o mais alto posto da República.
[DECLARAÇÃO]

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O parágrafo é composto por argumentos em fusão linear com narração, para introduzir a voz dos petistas.

(b) Análise pela LSF:

Avaliatividade: 'enigma' constitui Apreciação negativa de Dilma, uma vez que não é desejável ter uma candidata à Presidência com esta característica. Em seguida, utilizando um tom heteroglóssico com modalização epistêmica ('É provável'), é feita uma concessão no que diz respeito à 'competência gerencial' da 'postulante petista' (papel de nomeação para Dilma). No entanto, logo em seguida esta mesma 'competência gerencial' é minimizada diante do cargo a que Dilma aspira.

(c) Análise dos recursos retóricos:

Há dois contrabandos de informação que contribuem para reforçar a insegurança com relação à candidatura de Dilma.

'Como querem os petistas': a probabilidade de Dilma ter competência gerencial está apoiada no desejo dos petistas, o que diminui a credibilidade na competência da candidata.

'Não se sabe como se comportará': aparentemente uma informação neutra, mas que na realidade desperta temor, uma vez que não saber como se comportará o candidato ao 'mais alto posto da República' é uma situação bastante preocupante.

Em uma evidência do dialogismo, o editorial traz a voz dos petistas, como que em resposta ao fato da 'postulante governista' ser um 'enigma', para, em seguida, reafirmar a posição do Jornal através de uma DECLARAÇÃO.

(d) **Aplicação da Teoria de Toulmin:**

Em meio a DECLARAÇÕES monoglóssicas, o editorial apresenta uma PREVISÃO com tom heteroglóssico, explicitando a intertextualidade que, na verdade, encontra-se na base de todo e qualquer enunciado. As DECLARAÇÕES, no entanto, não estão apoiadas em dados.

8º. Parágrafo

Mesmo Jânio Quadros e Fernando Collor, *que chegaram ao poder máximo de forma*

[fulminante], *haviam sido antes prefeitos, governadores e parlamentares.* **A ex-ministra da**
Apreciação negativa

Casa Civil [jamais disputou eleição, não exerceu nenhum mandato, nunca foi submetida
Apreciação negativa (*token*)

ao escrutínio público]. *Até Lula [admite] tê-la conhecido há [apenas] oito anos.*
Julgamento negativo (*token*) Graduação fraca

Em caso de vitória, *excetuados os presidentes da ditadura militar*, **ninguém como ela terá**
[HIPÓTESE]

chegado ao ápice sendo [tão] [pouco conhecido e testado].
Graduação de força - Apreciação negativa

Comentário

(a) **Análise da estrutura textual:**

O 8º parágrafo é composto por narração fundida com argumento (negrito + itálico); uma descrição fundida com argumento (negrito + sublinhado); e uma argumentação intercalada com descrição (negrito e sublinhado).

(b) **Análise pela LSF:**

O primeiro período apresenta uma informação objetivamente verificável (os postos que Jânio Quadros e Fernando Collor ocuparam antes de serem presidentes) fundida com avaliação ('fulminante'). 'Mesmo' não pode ser considerado atitudinal, mas certamente tem função avaliativa: políticos que chegaram ao poder rapidamente exerceram pelo menos algum mandato. Dilma, caso ganhasse, não teria exercido nenhum.

'A ex-ministra da Casa Civil jamais disputou eleição (...) escrutínio público': aparentemente uma

descrição, pode ser considerada Julgamento negativo (*token*), pois atribui a Dilma a qualidade de inexperiente.

'Até': apesar de não carregar avaliação de Atitude, confere ao terceiro período caráter de argumento, uma vez que o objetivo é informar que mesmo Lula, seu maior defensor, 'admite' (Julgamento negativo) tê-la conhecido há 'apenas oito anos'.

Nomeação: 'ex-ministra da Casa Civil'.

(c) **Análise dos recursos retóricos:**

'Jânio Quadros e Fernando Collor': 'contrabando' de informação porque são candidatos que, além de ter chegado ao poder de forma fulminante, são avaliados negativamente. Como eles são colocados em uma situação mais favorável do que a da candidata Dilma, pode-se dizer que este período é avaliativo.

Apoio na voz de Lula: mesmo sendo seu maior defensor, admitiu tê-la conhecido 'há apenas oito anos'.

(d) **Aplicação da Teoria de Toulmin:**

Encontramos aqui um entimema, caso de omissão de premissa. De acordo com o editorial, (i) Dilma "jamais disputou eleição, não exerceu nenhum mandato, nunca foi submetida ao escrutínio público".

A premissa omitida é a de que (ii) Todo aquele que "jamais disputou eleição, não exerceu nenhum mandato, nunca foi submetida ao escrutínio público não tem condições de exercer a presidência.

O leitor recupera (ii) e conclui – como quer o editorial – que (iii) Dilma não tem condições de exercer a presidência.

Ou seja, a editorial declara apenas (i) e faz o leitor recuperar (ii) e (iii), evitando, assim, declarar abertamente a premissa (ii), com implicações óbvias em caso contrário.

'A ex-ministra da Casa Civil jamais disputou eleição (...) escrutínio público': constituem DADOS para a DECLARAÇÃO apresentada no parágrafo anterior ('Nesse terreno a postulante governista é um enigma').

9º. Parágrafo

São fragilidades como essa – [alarmante], quando estamos na [iminência] de uma campanha
Apreciação negativa Apreciação negativa (*token*)

[sumária] de estilo consagratório - **que a [xaropada sentimental] dos publicitários procura**
Apreciação negativa Apreciação negativa [DECLARAÇÃO]

ocultar. Cumpre à imprensa independente, às associações da sociedade civil que procuram
[DECLARAÇÃO]

influenciar o processo eleitoral e a cada cidadão levantar o [véu da fantasia].
Apreciação negativa (*token*)

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O parágrafo é composto por argumentação fundida com descrição (fusão linear no primeiro período e escalada no segundo).

(b) Análise pela LSF:

Apreciações negativas ('alarmante', 'iminência', 'sumária') contribuem para construir uma ideia de algo emergencial, apressado e portanto indesejável, já que se trata da escolha do Presidente da República.

'Xaropada sentimental': Apreciação negativa. Aqui é apresentado mais um responsável pela estratégia de Lula: os publicitários seriam responsáveis pela criação da metáfora pai e mãe e também pela tentativa de ocultar o fato de que Dilma não é experiente o suficiente para ocupar o posto de presidente.

(c) Análise dos recursos retóricos:

'Véu da fantasia': constitui 'contrabando' de informação que, através da logogênese vem se juntar a 'candidatura por ele inventada' (3º parágrafo) e 'circunstâncias fabricadas' (6º parágrafo) para transmitir a ideia de farsa produzida juntamente com os publicitários.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

O parágrafo é composto por DECLARAÇÕES amparadas em fusões com descrições e narração. A primeira DECLARAÇÃO (de que a 'xaropada sentimental dos publicitários procura ocultar' as 'fragilidades' da campanha), não está apoiada em DADOS, já que é uma opinião do editorial. Quanto à segunda DECLARAÇÃO (de que "cumprir à imprensa independente... levantar o véu da fantasia"), também não conta com DADOS comprobatórios, mas baseia-se em valor amplamente discutido e aceito pela sociedade (a busca da verdade). 'Véu da fantasia' é inserido subrepticiamente para construir a ideia de que a 'farsa' criada por Lula e pelos publicitários deve ser desmascarada pela imprensa, associações da sociedade civil e cidadãos.

4.2.1. Discussão dos resultados de "Pai e mãe"

O editorial "Pai e mãe" é composto por fusões dos três modos representacionais, a narração e a descrição tendo como função apoiar os argumentos. Apenas no 4º e 6º parágrafos encontramos exclusivamente o modo argumentativo.

Há avaliações negativas dirigidas a Lula, às suas atitudes, à sua estratégia, a Dilma e à sua candidatura em todo o texto, exceto pelo 2º parágrafo. Os termos avaliativos relacionam-se às duas declarações presentes no lide: de que “a estratégia governista de tratar política como vida familiar não é republicana” e de que esta estratégia “ajuda a encobrir candidata que ninguém conhece”. Muitas avaliações, especialmente as de Julgamento referentes a Lula (como no 3º parágrafo), são implícitas, em forma de *tokens* de Atitude, ou seja, o conteúdo aparentemente de natureza ideacional, mas com nuances interpessoais, avaliativas.

Contribui diretamente para a Avaliatividade o fenômeno da logogênese, que permite atribuição de caráter avaliativo a enunciados aparentemente factuais (1º, 3º, 4º e 6º parágrafos).

O ‘contrabando’ de informação aparece principalmente para avaliar negativamente a candidatura de Dilma (lide, 7º e 8º parágrafos), mas também as ações de Lula (5º) ou ambos (6º e 9º parágrafos).

Algumas vozes são usadas como apoio aos argumentos: a de Marina Silva, candidata bem colocada na opinião pública, e até a do próprio Lula (2º e 8º parágrafos). A voz dos petistas (7º parágrafo) surge como evidência do dialogismo, conferindo assim maior força ao posicionamento do Jornal, uma vez que passa a apoiar-se também em contra-argumentação.

Constitui também apoio aos argumentos a menção a valores aceitos pela sociedade, que são apresentados em forma de DECLARAÇÕES categóricas e servem de apoio às DECLARAÇÕES de posicionamento do Jornal.

Também aqui as teorias que nos orientaram na análise mostraram-se válidas para captar a persuasão que percorre o editorial analisado. Há vários recursos de avaliação indireta, que recorrem ao conhecimento de mundo do leitor, bem como de sua exposição a certos posicionamentos do Jornal.

4.3. Análise do editorial "Arrogância de sempre"

Por último, analisamos o editorial intitulado "Arrogância de sempre", publicado no jornal Folha de S. Paulo em 14 de setembro de 2010.

TEXTO NA ÍNTEGRA

ARROGÂNCIA DE SEMPRE

RELAÇÕES DE REPRESENTANTES DO PT COM A IMPRENSA MAIS UMA VEZ REPETEM,
NO CASO ERENICE GUERRA, UM PADRÃO INACEITÁVEL DE CONDUTA

A candidata Dilma Rousseff reagiu com expressões veementes, no debate **Folha/Rede TV!** deste último domingo, a uma pergunta sobre as recentes denúncias de tráfico de influência envolvendo o filho de sua principal assessora, e atual ministra da Casa Civil, Erenice Guerra.

"Eu não concordo, não vou aceitar, que se julgue a minha pessoa baseado no que aconteceu com o filho de uma ex-assessora minha." Dirigindo-se diretamente à jornalista, prosseguiu. "Você acha correto responsabilizar o diretor-presidente da tua empresa pelo que foi feito pelo filho de um funcionário dele?"

Beneficiada pela regra que proíbe réplicas dos jornalistas, Dilma Rousseff não apenas se esquivou de tratar dos pormenores do caso, como também fez uso de um subtexto frequente nas relações de petistas com seus entrevistadores.

Com efeito, é comum que tratem o jornalista não como alguém investido da função democrática e pública de questioná-los sobre temas incômodos, mas como uma espécie de funcionário a serviço dos donos de uma empresa.

Perguntar sobre um escândalo envolvendo a administração pública e os recursos do contribuinte não seria, segundo essa visão, defender os interesses da sociedade contra os abusos dos governantes, mas simplesmente seguir as ordens de algum chefe.

Todavia, quem segue ordens de um chefe, quem mistura interesses privados a questões de ordem pública, quem age de forma subserviente, quem conspira e quem se esconde não é o jornalista nem os que administram a empresa da qual faz parte.

O comportamento é, isso sim, típico de quem sabe ter à sua volta uma corte invertebrada de assessores, militantes, bajuladores e negociatas, incapazes de qualquer tipo de manifestação crítica.

Quem submete o interesse público às gestões da conveniência privada é o lobista que, valendo-se de parentesco direto com alguém do governo, recebe remuneração para assessorar empresas no intuito de abocanhar algum contrato.

Seria inconcebível, em qualquer país que já tenha abandonado o estágio de republiqueta de bananas, uma situação em que o filho de uma ministra de Estado atende, do seu próprio balcão, aos interessados em fazer negócios com o governo.

Seria também inconcebível, em qualquer país que não vive sob um Estado policial, uma situação em que funcionários do governo violam o sigilo fiscal de familiares de um líder da oposição.

É inaceitável, por fim, que numa estrutura marcada pela indicação pessoal -de que é símbolo a própria invenção, por Lula, da candidata Dilma-, todas as personagens com real poder de decisão sobre o que acontece no governo insistam, como acontece há anos no Brasil, em dizer que "nada sabiam" sobre as atividades de seus mais diretos assessores.

E que repitam, a cada escândalo, a promessa de que tudo será investigado com rigor. Nada seria nem sequer revelado, não fosse a imprensa exercer o papel que lhe cabe e contra o qual se insurgem com a arrogância de sempre.

1º. Parágrafo

A candidata Dilma Rousseff reagiu com expressões [veementes], no debate Folha/Rede TV!
Apreciação negativa

deste último domingo, a uma pergunta sobre as recentes denúncias de tráfico de influência envolvendo o filho de sua principal assessora, e atual ministra da Casa Civil, Erenice Guerra.

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O 1º parágrafo é composto de fusão escalada de argumento com narração (negrito + itálico) e descrição (sublinhado), utilizada para contextualizar o argumento.

(b) Análise pela LSF:

'Veementes', a princípio, pode representar tanto avaliação positiva quanto negativa. Neste caso, em decorrência do que foi afirmado no lide, constitui Apreciação negativa.

Nomeação: 'candidata Dilma Rousseff' e 'Erenice Guerra'.

(c) Análise dos recursos retóricos:

A voz da jornalista aparece em forma de descrição ('pergunta sobre as recentes.... Erenice Guerra'), que situa o argumento.

'Principal assessora': aparentemente uma simples descrição, pode ser considerada 'contrabando' de informação já que dispara no leitor o *frame* de assessor principal e contribui para gerar uma avaliação negativa de Dilma, uma vez que Erenice Guerra estava sendo acusada de tráfico de influência.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

A narração e descrição apresentadas neste parágrafo servem de apoio à DECLARAÇÃO presente no lide.

2º. Parágrafo

"Eu não concordo, não vou aceitar, que se julgue a minha pessoa baseado no que aconteceu com o filho de uma ex-assessora minha." Dirigindo-se diretamente à jornalista, prosseguiu. "Você acha correto responsabilizar o diretor-presidente da tua empresa pelo que foi feito pelo filho de um funcionário dele?"

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O 2º parágrafo reproduz uma fala da candidata Dilma, em forma de argumento (negrito). Em seguida, tem-se uma descrição (sublinhado) - que apoia a DECLARAÇÃO do lide a respeito das relações com a imprensa - seguida de narração (itálico). Por fim, mais um período pertencente ao modo argumentativo, encerrando a fala de Dilma.

(b) Análise pela LSF:

Nomeação: 'ex-assessora' para Erenice Guerra, por Dilma.

(c) Análise dos recursos retóricos:

Através de discurso relatado são apresentadas as afirmações de Dilma sobre as quais o editorial construirá toda a sua crítica.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

A narração e descrição das falas de Dilma apoiam a avaliação feita no parágrafo anterior ('expressões veementes').

3º. Parágrafo

Beneficiada pela regra que proíbe réplicas dos jornalistas, Dilma Rousseff não apenas se [esquivou] de tratar dos pormenores do caso, **como também fez uso de um subtexto**
Julgamento negativo (*token*)
frequente nas relações de petistas com seus entrevistadores.

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O terceiro parágrafo apresenta fusão linear de descrição (sublinhado) e narração (itálico) seguida de fusão escalada de argumento com narração (negrito + itálico).

(b) Análise pela LSF:

'Esquivou': Julgamento negativo (*token*). Escolha lexical que colabora para a formação da ideia de culpa que vem sendo construída desde o início do texto com base na reação de Dilma ao questionamento da jornalista.

'Subtexto': *token* de Julgamento negativo. Aparentemente uma informação factual, evoca a ideia de que a relação entre petistas e entrevistadores tem um aspecto não revelado, como algo que

não pode ser visto ou admitido.

Nomeação: 'Dilma Rousseff', 'petistas', 'entrevistadores'.

(c) Análise dos recursos retóricos:

'Subtexto': 'contrabando' de informação que também remete à ideia de culpa.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

O argumento (de que 'Dilma fez uso de um subtexto frequente... com seus entrevistadores') fundido com narração e posterior a uma fusão linear de descrição e narração, conferem-lhe uma de conteúdo factual. No entanto, a DECLARAÇÃO permanece sem apoio em dados verificáveis.

4º. Parágrafo

Com efeito, é comum que tratem o jornalista não como alguém investido da função
[DECLARAÇÃO]

[democrática e pública] de questioná-los sobre temas [incômodos], **mas como uma espécie**
Apreciação positiva Apreciação negativa

de funcionário a serviço dos donos de uma empresa.

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O parágrafo é composto de fusão linear de argumento (negrito) com descrição (sublinhado).

(b) Análise pela LSF:

Avaliatividade: Apreciação positiva ('democrática e pública') da função do jornalista e Apreciação negativa ('incômodos') de 'temas'.

Nomeação: 'jornalista'.

(c) Análise dos recursos retóricos:

Vejo na descrição 'a serviço dos donos de uma empresa' o fenômeno do 'apito do cão', que transmite mensagens negativas para uma comunidade alvo através de significados neutros.

Em meio à descrição, o editorial coloca sua opinião a respeito da função do jornalista (a de que este é 'alguém investido da função democrática e pública de questioná-los sobre temas incômodos') antes de apresentar o que acredita ser a opinião dos petistas. Ao colocar duas alternativas, diminui a possibilidade de o leitor encontrar uma terceira para a sua própria avaliação deste tema (o que não ocorreria se, por exemplo, o editorial apresentasse apenas o que julga ser o tratamento dispensado aos jornalistas pelos petistas).

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

Não são apresentados DADOS que apoiem a DECLARAÇÃO. Na entrevista, Dilma fez uma pergunta à jornalista comparando sua situação à de um diretor-chefe de empresa (onde Erenice seria sua funcionária), mas isto não quer dizer que ela tenha tratado a jornalista da forma como foi apresentado neste parágrafo. Além disso, pode-se considerar que o jornalista é, sim, um funcionário que trabalha para o dono de uma empresa.

5º. Parágrafo

Perguntar sobre um escândalo envolvendo a administração pública e os recursos do contribuinte não seria, segundo essa visão, defender os interesses da sociedade contra [HIPÓTESE] os abusos dos governantes, mas simplesmente seguir as ordens de algum chefe.

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O parágrafo é todo composto por argumento (negrito) em fusão linear com descrição (sublinhado).

(b) Análise pela LSF:

Notemos o desaparecimento dos papéis de nomeação para os petistas ou para Dilma. Neste parágrafo, os petistas já não aparecem nem ao menos como sujeito oculto (como no 4º capítulo). O que nos remete a eles é 'essa visão' (dos petistas).

(c) Análise dos recursos retóricos:

Similarmente ao que ocorre no parágrafo anterior, e como consequência da logogênese, vejo em 'seguir as ordens de um chefe' o fenômeno do apito do cão, que transmite mensagens negativas para uma comunidade alvo através de significados neutros.

Assim como no parágrafo anterior, o editorial coloca sua opinião, desta vez a respeito de 'perguntar sobre um escândalo', e, colocando duas alternativas, diminui a possibilidade de o leitor optar por uma terceira para construir sua própria interpretação dos fatos.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

Não são apresentados DADOS que apoiem o argumento

7º. Parágrafo

O comportamento é, isso sim, típico de quem sabe ter à sua volta uma corte [invertebrada]
[DECLARAÇÃO] Apreciação negativa

de assessores, militantes, [bajuladores e negociastas], [incapazes] de qualquer tipo de
Julgamentos negativos
manifestação crítica.

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O parágrafo é composto por argumento (negrito) seguido de fusão escalada de argumento com descrição (negrito + sublinhado).

(b) Análise pela LSF:

Prossegue a avaliação negativa, tanto daquele que tem à sua volta a 'corte invertebrada... manifestação crítica' quanto da própria 'corte'.

Não há nomeação.

(c) Análise dos recursos retóricos:

Graças à logogênese e a algumas informações contrabandeadas ('militantes' e 'assessores'), é possível concluir que a crítica é dirigida aos petistas e, em especial, a Dilma. Com isso, responde-se à questão 'Se não é o jornalista, então quem será?', levantada anteriormente.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

Apesar do tom monoglóssico, A ausência de nomeação atenua a DECLARAÇÃO, que não se apoia em dados verificáveis.

8º. Parágrafo

Quem submete o interesse público às gestões da conveniência privada é o lobista que,
[DECLARAÇÃO]

valendo-se de parentesco direto com alguém do governo, recebe remuneração para

assessorar empresas no intuito de [abocanhar] algum contrato.

Julgamento negativo (*token*)

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O parágrafo é composto por argumento (negrito) seguido de descrição (sublinhado) e narração (itálico) em fusão linear.

(b) Análise pela LSF:

Nomeação: 'lobista', que tem o intuito de 'abocanhar' (*token* de Julgamento negativo) contratos de forma ilícita.

(c) Análise dos recursos retóricos:

Graças à logogênese e com ao intersubjetivismo, é possível concluir que a crítica dirige-se ao filho de Erenice Guerra, pois a descrição da atitude do lobista condiz com as acusações feitas na época. Neste sentido, pode-se afirmar que a descrição das ações do lobista funciona como um 'contrabando' de informação pois evoca no leitor a lembrança de acontecimentos recentes.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

A afirmação de que o filho de Erenice é 'lobista' não apresenta garantias, uma vez que nada havia sido comprovado.

9º. Parágrafo

Seria [inconcebível], em qualquer país que já tenha abandonado o estágio de
Apreciação negativa

[republicueta de bananas], **uma situação em que** *o filho de uma ministra de Estado atende,*
Apreciação negativa [HIPÓTESE]

do seu próprio balcão, aos interessados em fazer negócios com o governo.

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O parágrafo é composto por fusão linear dos três modos representacionais: argumento (negrito), descrição (sublinhado) e narração (itálico).

(b) Análise pela LSF:

'Inconcebível': Apreciação negativa de 'situação'. e 'republicueta de bananas': Apreciação negativa

Nomeação: 'filho de uma ministra de Estado'.

(c) Análise dos recursos retóricos:

Apoio em intertexto, em que o intersubjetivismo explica o fato de o texto ser moldado por anteriores: apesar de ser apresentada como HIPÓTESE, a situação de um ‘filho de uma ministra de Estado que atende, do seu próprio balcão, aos interessados em fazer negócios com o governo’ claramente refere-se às acusações envolvendo o filho de Erenice Guerra.

O editorial incentiva o leitor a não aceitar o suposto tráfico de influência protagonizado pelo filho de Erenice Guerra uma vez que, caso aceite, estará transformando o país em uma ‘republiqueta de bananas’.

‘Atende’, ‘balcão’ e ‘negócios’ evocam avaliação negativa por parte do leitor porque disparam um *frame* relacionado ao âmbito do comércio, dos negócios, em que prevalece o lucro, o que é incompatível com a política. Portanto, constituem ‘contrabando’ de informação.

Através da logogênese é possível recuperar diversos termos relativos a este mesmo âmbito, como ‘diretor-presidente’, ‘empresa’ (2º parágrafo), ‘funcionário’, ‘donos de uma empresa’ (4º parágrafo), ‘chefe’ (5º parágrafo) e ‘interesses privados’ (6º parágrafo), aos quais vêm se juntar ‘subserviente’, ‘conspira’, ‘se esconde’ (6º parágrafo), ‘negocistas’ (7º parágrafo), configurando assim uma situação indesejável para o âmbito da política.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

O uso do futuro do pretérito transforma o argumento em uma HIPÓTESE, ainda que seja possível extrair daí uma crítica ao filho de Erenice Guerra. A argumentação ainda não apresenta garantias, uma vez que as acusações contra o filho de Erenice Guerra não haviam sido comprovadas.

10º. Parágrafo

Seria também [inconcebível], em qualquer país que não vive sob um Estado policial, uma [HIPÓTESE] *Apreciação negativa*

situação em que *funcionários do governo violam o sigilo fiscal de familiares de um líder da oposição.*

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

O parágrafo é composto por fusão linear dos três modos representacionais: argumento (negrito), descrição (sublinhado) e narração (itálico).

(b) Análise pela LSF:

‘Inconcebível’: Apreciação negativa de ‘situação’.

Nomeação: ‘funcionários do governo’ e ‘familiares de um líder da oposição’.

(c) Análise dos recursos retóricos:

Apoio em intertexto, em que o intersubjetivismo explica o fato de o texto ser moldado por anteriores: apesar de ser apresentada como HIPÓTESE, a situação de ‘funcionários do governo violarem o sigilo fiscal de familiares de um líder da oposição’ claramente refere-se a um fato que ocupou os noticiários alguns meses antes: investigação e levantamento de dados fiscais e financeiros sigilosos do vice-presidente executivo do PSDB, Eduardo Jorge Caldas Pereira, pela chamada “equipe de inteligência” da pré-campanha de Dilma Rousseff. Por isso, pode ser considerado ‘contrabando’ de informação.

Da mesma forma que no parágrafo anterior, o editorial incentiva o leitor a não aceitar a violação do sigilo fiscal uma vez que, caso aceite, estará admitindo que o país vive sob um Estado policial.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

A acusação de violação de sigilo fiscal é amenizada pela falta de nomeação. A argumentação aparece como HIPÓTESE e reflete a posição do Jornal frente aos acontecimentos recentes.

11º. Parágrafo

É [inaceitável], por fim, que numa estrutura marcada pela indicação pessoal -de que é
Apreciação negativa

**símbolo a própria [invenção], por Lula, da candidata Dilma-, *todas as personagens* com
Apreciação negativa (*token*) [DECLARAÇÃO]**

real poder de decisão sobre o que acontece no governo *insistam*, como acontece há anos no
Brasil, em dizer que "nada sabiam" sobre as atividades de seus mais diretos assessores.

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

Este parágrafo apresenta os três modos representacionais tanto em fusão linear quanto escalada. A fusão de argumento com descrição (negrito + sublinhado) contextualiza a situação considerada inaceitável.

(b) Análise pela LSF:

‘Inaceitável’: Apreciação negativa explícita da situação em que ‘todas as personagens insistam em dizer que “nada sabiam”’.

‘Invenção’: *token* de Apreciação negativa que remete à ideia de algo artificial, sem conteúdo, ideia esta explorada anteriormente no editorial “Dilma avança”, de 14/08/10.

Após sete parágrafos sem que Lula, Dilma ou os petistas fossem mencionados, aqui vemos

nomeação para 'Lula' e 'candidata Dilma'. Ainda assim, eles não estão direta e explicitamente relacionados à crítica feita pelo editorial.

(c) Análise dos recursos retóricos:

As aspas em "nada sabiam" apontam a presença da voz das 'personagens com real poder de decisão'.

O parágrafo vale-se de intertexto prévio, tanto do co-texto quanto do *frame* trazido pelo leitor em sua interação ativa com o texto, ao falar de 'insistiam' ou 'como acontece há anos no Brasil'. Estes enunciados constituem 'contrabando' de informação uma vez que disparam na mente no leitor uma busca por situações outras em que um personagem 'com real poder de decisão' afirmou não saber sobre as atividades de seus mais diretos assessores, o que remete ao episódio do mensalão, amplamente divulgado pela mídia no ano de 2006.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

A DECLARAÇÃO não apresenta DADOS que a apoiem, uma vez que não é possível afirmar que 'em uma estrutura marcada pela indicação pessoal todas as personagens com real poder de decisão sobre o que acontece no governo sabem sobre as atividades de seus mais diretos assessores'.

12º. Parágrafo

E que repitam, a cada escândalo, a promessa de que tudo será investigado com rigor.
[DECLARAÇÃO]

*Nada seria nem sequer revelado, não fosse a imprensa exercer o papel que lhe cabe e contra o qual se insurgem **com a [arrogância] de sempre.***
Julgamento negativo

Comentário

(a) Análise da estrutura textual:

Fusão escalada de argumento com narração (negrito + itálico) seguido de narração (itálico) e de outra fusão escalada de argumento com descrição (negrito + sublinhado).

(b) Análise pela LSF:

A omissão de 'É inaceitável' (presente no parágrafo anterior) se assemelha à situação oral em que o falante, tendo se esquecido de mencionar algo, completa a frase anterior. Isto passa a ideia de que, além de tudo o que foi mencionado e que é inconcebível e inaceitável, há ainda algo mais: 'a promessa de que tudo será investigado com rigor'.

Não há nomeação.

(c) Análise dos recursos retóricos:

'A cada escândalo' pode ser considerado 'contrabando' de informação, pois aparenta ser um adjunto circunstancial, mas remete à ideia de que os escândalos são frequentes.

'O papel que lhe cabe': a essa altura é possível prescindir da descrição para definir qual é o papel que cabe à imprensa, uma vez que o leitor pode acessá-lo nos parágrafos anteriores, graças ao fenômeno da logogênese.

(d) Aplicação da Teoria de Toulmin:

Argumentação através de DECLARAÇÃO fundada em dados verificáveis ('a repetição, a cada escândalo, da promessa de que tudo será investigado com rigor').

4.3.1. Discussão dos resultados de "Arrogância de sempre"

O editorial "Arrogância de sempre" é composto por fusões dos três modos representacionais, a narração e a descrição dando veracidade aos fatos citados e tendo como função apoiar os argumentos. Apenas no 6º parágrafo encontramos exclusivamente o modo argumentativo.

Há avaliações negativas dirigidas a Lula, a Dilma e aos petistas. Muitas destas avaliações, que tomam a forma de Julgamentos e Apreciações, estão explícitas e as declarações são quase sempre categóricas. Críticas pesadas são feitas aos petistas no 6º, 7º e 8º parágrafos, o que é atenuado pela ausência dos papéis de nomeação para estes participantes em boa parte do texto (do 4º ao 10º parágrafo). No entanto, através do fenômeno da logogênese e da intertextualidade (apoiada pelos *tokens* de Atitude e contrabandos de informação), o leitor sabe de quem se está falando. Apenas no 11º parágrafo é que encontramos menção direta a Dilma e Lula, e ainda assim sem colocá-los como os participantes que realizam ações condenáveis. Isto faz com que as avaliações negativas sejam dirigidas tanto a Lula quanto a Dilma e aos petistas, muitas vezes de forma indiscriminada e desde o início do texto (lide).

O editorial apresenta uma crítica à postura de petistas diante de jornalistas atribuindo aos primeiros uma visão do jornalista como um reles funcionário de empresa. Procura defender os jornalistas usando princípios amplamente aceitos em

sociedades democráticas (4º e 5º parágrafos), colocando-os como representantes destes princípios (o que nem sempre é verdade) e atribuindo as características indesejáveis (funcionário que ‘simplesmente segue as ordens de um chefe’) aos próprios petistas, somando a elas algumas outras. Para isto, utiliza-se de declarações, do ‘contrabando’ de informação e da logogênese.

As vozes de Dilma e da jornalista são trazidas para relatar o evento de discurso que é usado como ponto de partida para toda a crítica construída pelo Jornal e que é acentuada com ajuda da logogênese e do intersubjetivismo.

No final do editorial (9º ao 12º parágrafo), é apresentada uma lista de situações inconcebíveis e inaceitáveis, sendo algumas delas dados verificáveis e outras, não.

Mais uma vez, as teorias que nos orientaram na análise mostraram-se válidas para captar a persuasão que percorre o editorial analisado. A narração e a descrição garantem a veracidade de algumas declarações, mas encontramos também declarações categóricas sem apresentação de dados que as apoiem.

5. DISCUSSÃO GERAL DOS RESULTADOS

A análise dos editoriais “Dilma avança”, “Pai e mãe” e “Arrogância de sempre”, publicados no jornal Folha de São Paulo, nos dias 14 e 19 de agosto e 14 de setembro, respectivamente, mostra-nos, de uma maneira geral, como é feita a persuasão nesses editoriais. De fato, como diz Reynolds (2000), a textura do discurso é criada por meio da mistura de modos representacionais/textuais - descrição, narração e argumentação -, fato que ele demonstra através do editorial de jornal, embora esse gênero seja, como ele mesmo afirma, predominantemente um modo argumentativo, que se funde, para fins persuasivos, com a narrativa e a descrição.

O que se verifica é que o argumento incisivo não surge no início dos editoriais. Em geral, esse modo tem nos primeiros parágrafos uma função de PREVISÃO ou de HIPÓTESE, ficando a função de DECLARAÇÃO postergada para parágrafos mais para frente, ou o argumento se ampara na voz de outros, que não a do jornal. Longos trechos em modo argumentativo (um parágrafo inteiro, por exemplo), aparecem apenas no meio do editorial, depois que já se preparou o terreno através de descrições e narrações.

Por outro lado, as avaliações, no caso, a Avaliatividade de Apreciação ou de Julgamento, começam de forma implícita - os *tokens* de Atitude (MARTIN, 2000), além de bastante modalizadas, adotando tom heteroglóssico. São, então, abundantes os exemplos da chamada 'política do apito do cão' e de 'contrabando' de informação. Na 'política do apito do cão', o cunho negativo da mensagem é apenas sugerido por palavras aparentemente de conteúdo ideacional, mas que para o público-alvo tem conotação interpessoal, avaliativa. Os contrabandos de informação, aos poucos - pela logogênese -, constroem uma imagem negativa, no caso, da indicação oficial de candidata inexperiente, inventada pelo presidente em exercício.

Em geral, mais para o fim do editorial, o jornal adota tom monoglóssico, com modulação de obrigação, e com DECLARAÇÕES diretas, que avaliam negativamente as pessoas e fatos envolvidos, e tenta finalmente envolver o leitor e persuadi-lo com respeito ao que propaga.

Nesse processo, é crucial o apoio na Linguística Sistêmico-Funcional, que, devido a sua multifuncionalidade, informando, interagindo e organizando adequadamente esses itens, e com a noção de opções léxico-gramaticais, tão caras

ao seu embasamento teórico/metodológico, pode ligar a macro-estrutura da persuasão com a micro-estrutura das palavras e orações do texto. Atualmente, com as ferramentas que se acolheram em seu bojo - por exemplo, o conceito de Avaliatividade, de modalidade, de papéis interacionais - acredito que o poder de sua metodologia tenha aumentado consideravelmente, podendo contribuir melhor para a Análise do Discurso Crítica, desvendando a crypto-argumentação que permeia o discurso.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fui professora de Ensino Fundamental 1 durante oito anos e há três anos dou aula de Língua Portuguesa para alunos do Ensino Fundamental 2. Posso dizer que as noções que adquiri nas disciplinas do curso de Mestrado, no LAEL - Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, em muito modificaram minha postura em relação à comunicação escrita e falada, nos meus contatos com alunos, familiares e amigos, na medida em que começo a entender não só o produto de uma locução, mas também o processo que cerca essa locução. Nesse sentido, julgo que a questão do intersubjetivismo - de que as minhas palavras são suas, de que não digo o que quero, mas o que posso dizer diante de determinado interlocutor e de que trazemos sempre um intertexto em nossas palavras - foi extremamente importante.

Também creio que ficou resolvido um fato que muito me intrigava e que diz respeito à coerência do discurso. Ela não só é trabalhada na fusão de modos textuais, mas também conta em boa parte com o *frame* do interlocutor. A coerência não está no texto, como diz Bednarek (2005), mas nos usuários da língua. Daí a necessidade de pensar duas vezes antes de classificar como incoerente um texto, já que a coerência depende do conhecimento de mundo de cada um.

Por último, gostaria de dizer que desde meu primeiro contato com a Linguística Sistêmico-Funcional, fiquei encantada com a potência desta teoria para a compreensão dos diferentes níveis da construção do discurso, em especial com a possibilidade de estabelecer vínculos desde o nível léxico-gramatical até o contexto cultural. Posso afirmar que este sentimento se mantém e que hoje, após longa trajetória de estudos e análises, possuo mais ferramentas não apenas para avaliar os textos de meus alunos como também para compreender suas dificuldades e pensar em ajudas para que se tornem usuários da língua cada vez mais competentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. Discourse in the novel. In M. Holquist (ed.) *The Dialogic Imagination*. Austin TX: University of Texas Press, p. 337-355, 1935 [1981].
- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. SP: Martins Fontes, 1997.
- BANKS, D. Emerging scientific discourse in the late seventeenth century: A comparison of Newton's *Opticks*, and Huygens' *Traité de la lumière*. *Functions of Language*, 12.1, 2005.
- BEDNAREK, Monika A., 2005. Frames revisited - the coherence-inducing function of frames. *Journal of Pragmatics* 37.5 (685-706)
- CALDAS-COUTHARD, C. R.; COULTHARD, M. *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*. Londres: Routledge, 1996.
- CAMERON, D. *Feminism and Linguistic Theory*. Londres: Routledge, 1985.
- CAMERON, D. (ed.) *The feminist critique of language, a Reader*. Londres: Routledge, 1990.
- COFFIN, C.; O'HALLORAN, K. The role of appraisal and corpora in detecting covert evaluation. *Functions of Language* 13.1 (77-110), 2006.
- CORNISH, Francis, 2003. The roles of written text and anaphor-type distribution in the construction of discourse. *Text* 23(1) (1-26)
- EGGINS, S. *An Introduction to Systemic Functional Linguistics*. London: Pinter, 1994.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. London: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992a.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical Language Awareness*. Londres: Routledge, 1992b.
- FAIRCLOUGH, N.; WODAK, R. *Critical Discourse Analysis*. In: T.A. van Dijk *Discourse and social interaction*, v. 2. London: Sage, p. 258-284, 1987.
- FOWLER, R. Notes on critical linguistics. In: R. Steele e T. Treadgold *Language topics: essays in honour of Michael Halliday*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987.
- FOWLER, Roger. *Language in the news*. NY: Routledge, 1991.
- FOWLER, R., HODGE, R., KRESS, G. e TREW, T. *Language and Control*. London: Routledge; Kegan Paul, 1979.
- HALLIDAY, M. A. K. *Language as a Social Semiotic*. Londres: Edward Arnold, 1978.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. *Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. *Cohesion in English*. Londres: Longman, 1976.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Language, Context and Text: Aspects of Language in a Socio-Semiotic Perspective*, Geelong, Victoria Australia, Deakin University Press, 1989.
- IEDEMA, R., FEEZ, S. & WHITE, P.R.R. *Media Literacy, Sydney, Disadvantaged Schools Program*, NSW Department of School Education, 1994.
- KÄRKKÄINEN, Elise. Stance taking in conversation: From subjectivity to intersubjectivity. *Text & Talk* 26.6 (699-731), 2006.
- KITIS, E. e MILAPIDES, M. Read it and believe it: How metaphor constructs ideology in news discourse - A case study. *Journal of Pragmatics*, v. 28, p. 557-590, 1997.
- LAUERBACH, G. Argumentation in political talk show interviews. *Journal of Pragmatics*, v.39, p.1388-1419, 2007.
- LEMKE, Jay L., 1998. Resources for attitudinal meaning – Evaluative orientations in text semantics. *Functions of Language*, 5,1. (33-56)

- LUCHJENBROERS, J. e ALDRIDGE, M. Conceptual manipulation by metaphors and frames: Dealing with rape victims in legal discourse. *Text & Talk*, v. 27, n. 3, p. 339-359, 2007.
- MARTIN, J.R. Language, register and genre. In: F. Christie (ed.), *Children writing: reader*. Geelong: Deaking University Press, p. 21-30, 1984.
- MARTIN, J. R. *English Text: System and Structure*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1992.
- MARTIN, J.R. Beyond Exchange: APPRAISAL Systems in English, in *Evaluation in Text*, Hunston, S.; Thompson, G. (eds), Oxford, Oxford University Press, 2000.
- MARTIN, J. R.; WHITE, P. *The language of evaluation: Appraisal in English*. Hampshire and New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- PÊCHEUX, M. *Language, semantics and ideology*. London: Macmillan, 1982.
- REYNOLDS, M. Texture and structure in genre. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire* [Special issue: Genre Theory: New Perspectives], v. 73, n. 3, p. 686-97, 1997.
- REYNOLDS, M. The blending of narrative and argument in the generic texture of newspaper editorials. *International Journal of Applied Linguistics*, v.10, n.1, p. 25-40, 2000.
- SCANELL, P. *Broadcast Talk*. London: Sage, 1991.
- THOMPSON, G. e THETELA, P. The sound of one hand clapping: The management of interaction in written discourse. *Text*, v. 15, n.1, p. 103-127, 1995.
- TOULMIN, S. E. *Os usos do argumento*, tradução de Reinaldo Guarany, 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1958].
- VAN DIJK, T. *Ideology: a multidisciplinary approach*. Londres: Sage, 1998.
- VESTERGAARD, T. That's not news: persuasive and expository genres in the press. In: A. Trosborg, *Analysing professional genres*. Amsterdam: John Benjamins, p. 97-119, 2000.
- VIGNER, Gerard. Técnicas de aprendizagem da argumentação escrita. In: D. Coste et al, *O texto, leitura e escrita*. São Paulo : Pontes, 1988.
- WAUGH, Linda R. Reported speech in journalistic discourse: The relation of function and text. *Text* 15 (129-173), 1995.
- WHITE, P. Beyond modality and hedging: A dialogic view of the language of intersubjective stance. *Text*, v. 23, n. 2, p. 259-284, 2003.
- WODAK, R.; MEYER, M. *Methods of critical discourse analysis*. Londres, 2001.